

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**EDUARDO TOMANKIEVICZ SECCHI**

**A ÁFRICA NA POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA: GRANDE ESTRATÉGIA  
OU CRISES ADMINISTRADAS?**

**Porto Alegre**

**2019**



**EDUARDO TOMANKIEVICZ SECCHI**

**A ÁFRICA NA POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA: GRANDE ESTRATÉGIA OU  
CRISES ADMINISTRADAS?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.  
Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre**

**2019**



## CIP - Catalogação na Publicação

Secchi, Eduardo Tomankievicz  
A ÁFRICA NA POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA: GRANDE  
ESTRATÉGIA OU CRISES ADMINISTRADAS? / Eduardo  
Tomankievicz Secchi. -- 2019.  
83 f.  
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. União Soviética. 2. África. 3. Grande  
Estratégia. 4. Guerra Fria. I. Pereira, Analúcia  
Danilevicz, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**EDUARDO TOMANKIEVICZ SECCHI**

**A ÁFRICA NA POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA: GRANDE ESTRATÉGIA  
OU CRISES ADMINISTRADAS?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira-Ribeiro  
UFRGS



*Aos que se levantaram contra a opressão e o imperialismo no continente africano e no mundo*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao **povo brasileiro e ao Governo Federal** pela promoção da educação de ensino superior gratuita, pública e de excelência;

Agradeço à **UFRGS** pela oportunidade de desenvolver a corrente pesquisa por meio de suas ferramentas, espaço e comunidade. A excelência da universidade se representa nesta e nas diversas pesquisas desenvolvidas dentro de seus institutos com impacto internacional;

À **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul**, por ter garantido o financiamento do projeto de iniciação científica que deu origem à pesquisa deste trabalho;

Ao **Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais**, **NERINT-UFRGS**, e seu coordenador, professor doutor **Paulo Gilberto Fagundes Visentini**, pela oportunidade de participar de seu corpo de pesquisadores de iniciação científica. A presente pesquisa, construída dentro dos projetos do **NERINT**, não seria possível sem o apoio institucional e de orientação;

À professora doutora **Analúcia Danilevicz Pereira**, pela disponibilidade, pelo empenho e pelo espírito incansável ao me orientar;

Ao corpo docente do curso de Relações Internacionais pelos valorosos conhecimentos adquiridos ao longo do curso e pelas inúmeras conversas e ideias ao longo da minha vida acadêmica.

À minha **Família**, pelo amor, suporte e incentivo incondicionais ao longo da minha trajetória de vida e acadêmica;

Ao Partido dos Trabalhadores e seus militantes pela promoção de um projeto de universidade pública e de pesquisa que permitiu a elaboração do corrente trabalho, e pela promoção da pesquisa relacionada ao continente africano no nosso país;

Aos meus **amigos** Bianco, Mariana, Júlio, José, Julian, Rius, Giovanna, Hoppe e Fuhr pelo companheirismo nestes anos de UFRGS e pelo suporte fraternal e emocional. Nossos debates foram essenciais para a construção e elaboração deste trabalho e só tenho a agradecer por ter conhecido pessoas tão maravilhosas quanto vocês;

Aos Funcionários da UFRGS, concursados e terceirizados, por garantirem o funcionamento desta instituição em todos os momentos e pela defesa do patrimônio nacional.

*Herdamos da África uma cultura que impregna  
nossa língua, nossos corpos, nossa culinária,  
nossa música e nossa religião. Está presente na  
forma de sentir e de agir dos brasileiros. É*

*genuíno e recíproco o sentimento de fraternidade  
que nos une.*

*(LULA, 2009, online)*

## **RESUMO**

A corrente pesquisa analisa o modelo de inserção da União Soviética na África durante a Guerra Fria (1945-1991). O debate sobre a história soviética herda um componente ideológico, construído na Guerra Fria. A revisão da bibliografia produzida nos permite compreender melhor a história soviética e africana, bem como a própria Guerra Fria. A metodologia utilizada é qualitativa de caráter exploratório. A partir de uma abordagem materialista histórica, busca-se analisar os condicionantes estruturais da inserção soviética na África. Para tal, realiza-se um debate sobre a existência de uma Grande Estratégia soviética para a África para enquadrar seu padrão de relações com o continente. Investiga-se a presença soviética em todas as regiões do continente, a partir de uma pesquisa empírica. A URSS condicionou suas relações com a África ao conflito Leste-Oeste com o Ocidente. Inexistiram, também, capacidades materiais para a URSS realizar esforços estruturados de inserção. Esta, então, operou a partir de guerrilhas e movimentos já consolidados no poder. A partir desta estratégia, restringiu seus custos de inserção e diminuiu as probabilidades de fracasso desta. No entanto, seus limitadores internos coibiram processos mais aprofundados de integração e cooperação. Em determinados processos houveram estratégias regionais de aproximação, não configurando, no entanto, uma Grande Estratégia para o continente.

**Palavras-Chave:** União Soviética, África, Guerra Fria, Grande Estratégia.

## **ABSTRACT**

The current research analyzes the Soviet Union projection in Africa during the Cold War (1945-1991). The debate over Soviet history inherits an ideological component built on the Cold War. The review of the produced literature allows us to better understand Soviet and African history, as well as the Cold War itself. We use a qualitative and exploratory methodology. Using a historical materialist approach, we seek to analyze the structural constraints of Soviet projection in Africa. Also, we debate the existence of a Grand Strategy, by the Soviet Union, in the continent. We investigate the presence of the country in all African regions and countries using empirical research. The USSR conditioned its relations with Africa to the East-West conflict. The Soviets also lacked material capacities to build more structured links. It supported guerrillas and movements already consolidated in power. Using this approach it lowered its projection costs and decreased the chances of its failure. However, its internal structures constrained further processes of integration and cooperation. In certain processes, there were regional approximation strategies. They were not, however, a Grand Strategy for the continent.

**Key-Words:** Soviet Union, Africa, Cold War, Grand Strategy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Comitê Central
CCR	Concelho do Comando Revolucionário
CNA	Congresso Nacional Africano
DI	Departamento Internacional
EUA	Estados Unidos
FLN	Frente de Libertação Nacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GE	Grande Estratégia
GM	Guerra Mundial
GOELRO	Comissão do Estado para Eletrificação da Rússia
Gosbank	Banco Estatal da União Soviética
GOSPLAN	Comitê Estatal de Planificação
GOSSNAB	Comitê Estatal de Abastecimento Material e Técnico
GRAE	Governo Revolucionário Angolano no Exílio
KGB	Comitê de Segurança do Estado
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE	Ministério de Relações Exteriores
Narkomfin	Comissariado do Povo para Finanças
NEP	Nova Política Económica
OE	Oposição de Esquerda
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCR	Partido Comunista Russo
PCSA	Partido Comunista Sul-Africano
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PQ	Plano Quinquenal
PTE	Partido dos Trabalhadores Etíopes
RDC	República Democrática do Congo
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RPC	República Popular da China
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
TD	Tendência de Direita
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VSNKh	Veshenka
ZANU	União Nacional Africana do Zimbábue
ZAPU	União do Povo Africano do Zimbábue

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A REVOLUÇÃO COMO FUNDAMENTO DO PROCESSO SOVIÉTICO	14
2.1 A CONSTRUÇÃO DO CERCO À URSS	14
2.1.1 O PRINCÍPIO INTERNACIONALISTA	15
2.1.2 O SOCIALISMO EM UM SÓ PAÍS	19
2.1.3 A SÍNTESE DA SUPERPOTÊNCIA	23
2.2 O MECANISMO INTERNO PARA PROJEÇÃO EXTERNA	26
2.2.1 O PLANEJAMENTO CENTRAL DA PRODUÇÃO MATERIAL	26
2.2.2 A CONSTRUÇÃO LÓGICA DA POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA	30
3. A ÁFRICA PARA A UNIÃO SOVIÉTICA	36
3.1 GRANDE ESTRATÉGIA OU CRISES ADMINISTRADAS?	42
4. A PRESENÇA SOVIÉTICA NA ÁFRICA	52
4.1 ÁFRICA OCIDENTAL	52
4.2 ÁFRICA CENTRAL	55
4.3 ÁFRICA ORIENTAL	58
4.4 ÁFRICA AUSTRAL	62
4.5 NORTE DA ÁFRICA	68
5. CONCLUSÃO	72



## 1. INTRODUÇÃO

A inserção soviética no sistema internacional, e em especial no continente africano, extrapolou os arcabouços teóricos criados no ocidente capitalista. Por diversas vezes as capacidades e iniciativas soviéticas surpreenderam os analistas ocidentais, cujas teorias, nascidas e desenvolvidas nos países capitalistas, apontavam para um padrão comportamental parecido com o de uma superpotência capitalista. A positivação destas teorias neorrealistas e liberais, enquadrando o comportamento soviético e estadunidense/ocidental como similares dada a estrutura do sistema, pareceu insuficiente para explicar as ações soviéticas no sistema internacional. Os casos de Bissel (1981), Brzezinski (1983; 1986; 1997), Keohane (1989), Kissinger (1994), Mearsheimer (2001), Nye (2008), Waltz (1979) e Wendt (1992; 1999) demonstram esta problemática. Isto motivou pesquisadores como Halliday e Cox a desenvolverem teorias distintas, buscando aspectos intrínsecos ao fenômeno soviético para sua formulação.

A corrente pesquisa visa analisar o padrão de relações que a URSS manteve com o continente africano, bem como os métodos de sua operacionalização, ao longo da Guerra Fria. O marco temporal de início da análise é 1945, ano do fim da 2ª Guerra Mundial, e o marco final é 1991, ano da dissolução da URSS. A partir de uma perspectiva Marxista, orientada pelo Materialismo Histórico, presente nos trabalhos de Halliday (1983; 1989; 1999; 2000), Cox (2000a; 2000b) e Visentini (2013; 2017; 2018), busca-se identificar os pontos estruturais e conjunturais das intervenções soviéticas no continente, os processos de tomada de decisão internos à URSS, e o fornecimento de material e pessoal para as intervenções.

O problema de pesquisa envolve debater o padrão de interação que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas teve com o continente africano durante a Guerra Fria a partir da discussão sobre a existência de uma Grande Estratégia para o continente ou da existência de uma interação oportunística em suas ações. A partir disto, faz-se uma discussão da construção dos mecanismos internos da URSS para atuar no estrangeiro. Após, realiza-se o debate sobre a definição de Grande Estratégia, adotada a partir dos trabalhos de Martel (2015) e Biddle (2015). E por fim, debate-se a própria atuação soviética na África.

Busca-se contribuir para o aprofundamento da compreensão do fenômeno soviético, analisando a operacionalidade da política externa soviética para o continente africano. Serão apresentados, de maneira breve, alguns dos motivadores da política externa soviética, mas é

na sua implementação que está o foco do trabalho, não pretendendo, portanto, um debate aprofundado sobre as macro-teorias que guiaram as relações exteriores da URSS.

Conceitos centrais para a pesquisa precisam ser esmiuçados. O primeiro deles é a questão do planejamento econômico centralizado pelo Estado. Ao contrário de economias capitalistas, onde a miríade de empresários e consumidores define a oferta e a demanda de bens, na antiga URSS o Comitê Central de Planejamento Econômico (GOSPLAN) era o responsável por elaborar planos econômicos de curto, médio e longo prazo para nortear a economia. Tais planos definiam quantos produtos de determinado tipo e modelo deveriam ser fabricados, em que período, quantos recursos consumiriam e em quais instalações seriam fabricados e vendidos. Essencialmente, o planejamento era realizado por meio de uma matriz insumo-produto baseada em dados coletados nas fábricas, escritórios locais e lojas.

Em paralelo ao GOSPLAN, foi criada a Comissão Econômica para Planejamento Atual da Economia Estatal do Conselho de Ministros da URSS, em 1955, para auxiliar no planejamento de curto prazo (inferior a 1 ano) da economia, enquanto o GOSPLAN atuaria com base nos planos quinquenais (PQ) ou prazos mais longos. Ademais, constituiu-se o Comitê Estatal de Distribuição de Recursos (GOSSNAB), responsável por coordenar a distribuição de insumos e produtos durante a operacionalização dos planos econômicos (NOVE, 1967).

Outro debate essencial é a questão do departamentalismo, conceito extraído da descrição feita por Segrillo (2000a). As agências e departamentos da URSS seriam isolados uns dos outros pela burocracia envolvendo sua atuação, tendo, no entanto, um tamanho operativo tão grande que criaram sub-sistemas internos para suprimento de material, pessoal e planejamento. Ademais, neste trabalho, discutir-se-á a ligação do Ministério de Relações Exteriores com os órgãos executores da produção econômica nacional, em especial os ligados ao setor de defesa.

Como intervenção, entendem-se os processos de ingerência soviética, por meio de diplomatas, militares, técnicos e políticos, nos campos econômico, social, militar e diplomático. Esses visavam auxiliar no ganho de força de um determinado grupo, ou na diminuição da força de outro, almejando uma melhor projeção internacional da URSS no continente africano. Os exemplos mais frequentes são o provimento de auxílio militar, tanto técnico como material, e auxílio diplomático, no que tange ao reconhecimento de governos

aliados ou governos mais receptivos à URSS. O auxílio externo seria, portanto, o produto final disposto pela União Soviética por meio das suas intervenções no continente.

A União Soviética forneceu armamentos, via comércio, para pelo menos 30 países africanos entre 1950 e 1991. Em diversos casos, a URSS enviou, também, assessores militares e técnicos civis para auxiliar na construção do aparato institucional destes Estados. Em contrapartida, obteve a licença de operar bases militares, recebeu matérias primas essenciais (como metais raros e bens agrícolas), e garantiu uma esfera de influência para a sua projeção naval. Isto é o que a bibliografia ocidental buscou explicar ao longo de grande parte da Guerra Fria. Utilizando-se das teorias positivistas tradicionais, em especial o neorrealismo e o liberalismo, buscaram igualar a atuação soviética nas relações internacionais com aquela dos Estados capitalistas, uniformizando ambos como uma unidade comum, que atuariam com lógicas similares ou idênticas. Isto é observado em Waltz (1979), Brzezinski (1983; 1986; 1997), Kissinger (1994), Mearsheimer (2001), Nye e Keohane (2000), Nye (2008) e Keohane (1989). Por outro lado, teóricos construtivistas também não conseguiram adequar um quadro teórico satisfatório para analisar o comportamento soviético na África, como em Wendt (1992; 1999). A atuação sempre acabou contaminada pela visão de um adversário externo com capacidades além das reais e com um plano bem estruturado e executado para sua inserção no continente.

Tais teorias, apesar de terem uma ampla penetração nos círculos políticos e acadêmicos envolvendo as relações internacionais, não foram suficientes para abarcar o processo de inserção internacional da URSS na Guerra Fria, em especial no continente africano. As tentativas de análise demonstram, tradicionalmente, um componente reducionista e permeado pelo maniqueísmo e pelo macartismo, como apontado por Halliday (1983; 1989). O padrão de interações, como apontado por Kaw (1989), não corroborou as previsões teóricas tradicionais em totalidade, extrapolando-as tanto em concepção das políticas e auxílios, quanto em volumes e operacionalização dos mesmos. Regimes nacionalistas foram apoiados pela URSS enquanto combatiam guerrilhas marxistas. Relatórios de capacidades apontaram para a incapacidade de auxílio sustentando, mas meses depois a URSS engendra uma das maiores pontes aéreas da história para suprir o governo Etíope na Guerra de Ogaden (1977-1978) (CIA, 1983).

Optou-se pela divisão em 5 capítulos, contando a introdução e as considerações finais. No primeiro capítulo analisa-se o processo histórico de construção do Estado soviético.

Dividiu-se o capítulo em 2 seções, sendo tratado na primeira o processo de inserção da URSS no sistema internacional no seu período constitutivo, baseado nos recortes temporais de Brites (2012), Jubran (2015) e Visentini (2013; 2017). Tais recortes representam, respectivamente, a construção da URSS como o primeiro Estado socialista e o subsequente isolamento por parte das potências centrais. A seguir, o período do chamado “socialismo num só país”, compreendido pelo regime stalinista até a conclusão da 2ª Guerra Mundial. O último recorte trata da consolidação da União Soviética enquanto superpotência no pós 2ª Guerra Mundial.

Na segunda seção busca-se descrever os mecanismos formais, institucionais e operacionais da política externa soviética. Em sua primeira subseção, propõe-se a discussão das potencialidades e restrições impostas pelo modelo de economia planificada na URSS. Na sequência inicia-se o debate sobre a construção e implementação da política externa em caráter operacional. A divisão do capítulo se justifica pelo foco, na primeira seção, no caráter “externo” da análise, pelo qual a URSS foi impelida, pela estrutura do sistema, a adotar tais posições; na segunda seção, conseqüentemente, trabalha-se a lógica interna de estruturação da política externa.

No capítulo seguinte, apresenta-se a construção da política de atuação soviética na África em seu caráter formulativo e programático. Para tal, debate-se o enquadramento, ou não, da política externa soviética no continente em questão, baseando-se nas teorias de Grande Estratégia e buscam-se elementos sobre possíveis estratégias regionais de inserção no continente (BIDDLE, 2015; MARTEL, 2015).

No último capítulo, analisa-se a atuação soviética no continente ao longo da Guerra Fria. Divide-se o capítulo em 5 subseções, correspondentes à atual divisão geográfica da União Africana para o continente africano. O trabalho, então, sistematiza as conclusões da pesquisa.

## 2. A REVOLUÇÃO COMO FUNDAMENTO DO PROCESSO SOVIÉTICO

A construção de um novo tipo de sociedade, assentada em uma proposta de modo de produção nunca antes tentada, foi o objetivo político dos marxistas-leninistas soviéticos. O princípio fundador foi baseado na teoria de Karl Marx, na qual o homem proletário era espoliado por uma classe dominante controladora dos meios de produção. A retórica daqueles que se basearam em suas teorias para a ação política foi a de romper esta estrutura (CARR, 1953).

A concepção desta nova sociedade, materialmente, baseou-se em processos, modelos, institutos e atores já existentes, mesclados à teoria desenvolvida pelos revolucionários, em especial às de Lênin, Trotsky e Stalin (1924; 1926). A revolução, passa então, a ser um dos pilares do estado soviético nascente. Sua defesa do internacionalismo proletário permeou as primeiras décadas do século XX. Defender a revolução, passa então, a ser um dos “mitos fundadores” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Isto legitimava-a para com o próprio povo soviético, bem como para aqueles e aquelas que enxergaram na experiência soviética um epicentro para a difusão do socialismo e do comunismo (CARR, 1947).

Divide-se a construção da política externa soviética em três momentos, baseando-se nas narrativas descritas por Brites (2012), Jubran (2015), Visentini et al. (2013). A visão soviética sobre sua própria posição no sistema internacional foi a de um Estado rejeitado pelo sistema capitalista e alvo dos regimes ditos “imperialistas” ocidentais. Estes seriam o instrumento da burguesia internacional para expansão do capital, como descrito em Lênin (1918). Portanto, a existência de um modelo não-capitalista de sociedade seria uma ameaça direta ao processo de acumulação de capital e deveria ser destruído (CARR, 1947).

### 2.1 A CONSTRUÇÃO DO CERCO À URSS

Desde os primeiros momentos da organização do Partido Bolchevique para tomar o poder, ainda sob o Governo Provisório (1917), liderado por Alexander Kerensky (1881-1970), havia a preocupação com o apoio internacional e a reação das potências capitalistas a um regime comunista. O mito<sup>1</sup> constituinte da visão externa soviética era o de “cerco à revolução”

---

<sup>1</sup> Utiliza-se o conceito de Eliade (1963), no qual o mito é entendido enquanto conto verdadeiro sobre a realidade. É uma construção coletiva de percepção de um processo que, no tempo, se transforma numa história fundadora. Não possui a mesma conotação de fábulas, as quais são invenções sobre o surgimento de fenômenos ainda sem explicação.

por parte do capitalismo enquanto sistema, não apenas enquanto Estados controlados por suas respectivas burguesias nacionais (CARR, 1947).

Quando os bolcheviques tomam o poder, em outubro de 1917, não havia um plano para contenção dos revolucionários, nem por parte das potências, muito menos por parte do governo provisório. A reorganização das forças leais à Kerensky e o apoio direto e indireto de todos os Estados capitalistas centrais foram essenciais para a constituição do Exército Branco e para o início da Guerra Civil Russa (1917-1921) (PIPES, 1968).

A estratégia adotada pelos bolcheviques para tentar contornar o problema foi a de buscar parceiros internacionais. Tais parceiros incluem governos estrangeiros, como o Império Alemão, e movimentos revolucionários dentro dos estados capitalistas. O primeiro buscou enfraquecer a Rússia por dentro visando retirá-la da 1ª GM. Os últimos estavam crescendo devido à crise econômica e social que a guerra estava provocando nas economias nacionais, degradando as condições de vida da população (PIPES, 1968).

### **2.1.1 O PRINCÍPIO INTERNACIONALISTA**

A construção da Revolução de Outubro (1917) foi fortemente permeada pelas visões de Lênin e Trotsky. Estas, baseando-se nas suas leituras próprias de Marx e Engels, entendiam que a classe proletária internacional não deveria aderir às pautas burguesas de nação e nacionalismo. As classes eram entendidas enquanto unidades de aglutinação social, de análise sobre os fenômenos sociais, e a luta entre estas movia a história de maneira dialética (HOSKING, 1992).

A classe trabalhadora, assim como o capital, não respeitaria fronteiras nacionais, e se organizaria para promover um levante, quando estivessem postas as condições materiais para tal, de maneira solidária com os proletários do mundo. Este é o princípio internacionalista da revolução. Tal ideia encontra sua gênese no Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX, ENGELS, 2001, p. 84). O reflexo de tal foi a crença de que, logo após a derrubada do Governo Provisório, países que estavam à época sofrendo com insurreições, como França e Alemanha, iriam seguir a revolução russa (HOSKING, 1992).

O golpe contra Kerensky foi rápido e com pouca resistência. A baixa popularidade do governo, ao manter-se na guerra contra as potências centrais, a crise econômica e os diversos motins nas forças armadas contribuíram para tal. Em menos de vinte e quatro horas tomaram-se os principais pontos de Moscou e São Petersburgo. O governo passava, então,

para o controle Bolchevique nas cidades mais importantes do país. Os bolcheviques rapidamente organizaram a Guarda Vermelha<sup>2</sup>, esperando uma reação do imperialismo (HOSKING, 1992).

Imediatamente, iniciaram-se negociações para o cessar das hostilidades, em especial com a Alemanha. No entanto, havia uma expectativa de que o movimento protagonizado pelos revolucionários alemães tomasse corpo. Trotsky, designado pelo partido como responsável pelas negociações de paz, buscou inflamar os revoltosos, com material panfletário e discursos pelo levante proletário internacional. Por um lado, tentou ganhar tempo para recuperar as forças armadas bolcheviques e a ordem interna. Por outro, buscou enfraquecer a capacidade ofensiva alemã, já muito debilitada pela guerra. A iniciativa, no entanto, não obteve êxito. As progressivas ofensivas das potências centrais avançaram cerca de 400 km dentro de território russo. As condições se degradam e Trotsky recebeu um ultimato do comitê central para realizar a paz a qualquer custo (CARR, 1953).

A chamada “paz vergonhosa” cedeu o controle russo sobre o Báltico, a Ucrânia, a Bielorrússia, a Polônia, a Finlândia e parte do Cáucaso. Um terço da população, quase metade da capacidade industrial e cerca de 90% do carvão deixaram de estar sob controle russo. Este choque levou a reformulação da estratégia revolucionária. Organizou-se a sociedade no chamado “Comunismo de Guerra”, proposto por Trotsky, para garantir a vitória na guerra civil que se avizinhava (HOSKING, 1992).

A organização tinha três componentes essenciais. O primeiro era a reforma agrária de 1917, que garantia a terra para cultivo, organizada por aldeias, de maneira proporcional à demanda da família que recebeu os lotes. Em segundo, a estatização e planificação de toda atividade industrial e de comércio externo, com base na Veshenka (VSNKh)<sup>3</sup> e enquanto órgão de planejamento e operação. Por fim, a reorganização da Guarda Vermelha em um Exército Vermelho. Este último foi marcado pela abdicção de uma força miliciana em prol de um exército tradicional, inclusive com a incorporação de antigos oficiais do czarismo (PIPES, 1968).

---

<sup>2</sup> Grupo miliciano ligado aos bolcheviques. Utilizavam uma estrela vermelha como símbolo, conferindo-lhes o nome (HOSKING, 1992).

<sup>3</sup> Órgão responsável por operar a economia, sob orientação do Conselho dos Comissários do Povo, em especial do Conselho do Trabalho e da Defesa. Maior aprofundamento será dado na sequência. Para mais informações, consulte Nove (1963).

A instauração do comunismo de guerra levou à saída dos chamados Social-Revolucionários de Esquerda, e dos Comunistas de Esquerda do governo. Isto consolidou o poder dos bolcheviques que renomearam o partido para Partido Comunista Russo (PCR), em 1918. Tais grupos iriam rejeitar a violência até 1919, quando a Guerra Civil já havia se aprofundado. Posteriormente, tentaram formar uma resistência armada na Sibéria, conhecida como Exército Verde. Também auxiliaram os anarquistas na Ucrânia, do Exército Negro. No entanto, foram uma facção menor durante a Guerra Civil. Muitos acabaram se rendendo e aderiram novamente ao PCR (HOSKING, 1992).

A guerra civil foi determinante na construção da lógica externa soviética e nas políticas implementadas na sua sequência. Externamente, diversos países capitalistas<sup>4</sup> entraram na guerra civil contra os bolcheviques. A maioria enviou tropas para suprimir os revolucionários. No entanto, a exaustão dos exércitos ocidentais, bem como o medo de “contaminação ideológica” dos seus próprios soldados<sup>5</sup>, levou à mudança de estratégia. Quase todos os efetivos foram retirados, à exceção do extremo oriente, e passou-se a apoiar indiretamente, com suprimentos, armas e dinheiro, as forças contrárias aos comunistas. A Rússia Soviética sofreu, então, isolamento internacional, tanto diplomático, quanto econômico. A percepção do PCR foi a de um “cerco internacional à revolução” (HOSKING, 1992).

Internamente, o confisco de grãos prejudicou o laço entre o campo e a cidade, bem como do partido com os camponeses. Tal problema foi mitigado pela incorporação de soldados oriundos do campesinato no Exército Vermelho. Os soldados recebiam vantagens para sua ascensão no partido, bem como facilitavam ascensão social. Para além disso, recebiam prioridade de recursos, tanto financeiros quanto alimentícios. Permaneceu, no entanto, um distanciamento em relação ao campesinato (VISENTINI et al., 2013).

A economia de guerra foi devastadora para a indústria. Grande parte dessa já era decadente ou obsoleta, em relação com o Ocidente, e a primazia dos bens ligados à Guerra Civil não permitia reposição de partes ou manutenção dos equipamentos. O comunismo de guerra permitiu ao PCR ganhar a guerra, mas enfraqueceu a estrutura do governo. A incorporação crescente de militares no partido também diminuiu seu controle sobre as forças armadas. Em 1921 o último grande levante com capacidade de ameaçar o governo

---

<sup>4</sup> Nomeadamente o Império Britânico e seus domínios, França, o exército reorganizado da Alemanha, Tchecoslováquia, Polônia, Finlândia, Estados Unidos, Itália, Japão, Bulgária, Grécia e Estônia.

<sup>5</sup> Diversos casos de deserção e motins ocorreram entre as tropas ocidentais em favor dos bolcheviques.

bolchevique, protagonizado pelos marinheiros de Kronstadt, foi reprimido pelas forças do Exército Vermelho. Estava consolidado o poder comunista sobre grande parte do antigo Império Russo (VISENTINI, 2017).

Após a revolta de Kronstadt, o 10º Congresso do Partido (1921) aprova a tese de Lênin do Centralismo Democrático, proibindo a criação de facções dentro do PCR. Tal iniciativa foi motivada pelo conjunto de cisões que o partido sofreu entre a Revolução de Outubro e o fim da guerra civil. Lênin tentou mitigar o conflito crescente entre Trotsky e Stalin dentro do partido, proibindo, também, a formação de grupos secretos e reuniões fechadas entre membros do partido. Com isso, criava-se um mecanismo mais dinâmico e estruturado de governabilidade, necessário para reconstruir o país (HOSKING, 1992).

A Rússia Soviética saiu da Guerra Civil com um exército profissionalizado ligado ao Partido Comunista, o que garantiu o controle dos Bolcheviques sobre os espaços de governo. Ademais, havia um ressentimento do campesinato, que pressionava pelo fim do comunismo de guerra. Por fim, a crise econômica era aguda. A indústria estava bastante debilitada e o país foi isolado<sup>6</sup> internacionalmente pelo capitalismo (VISENTINI, 2017).

Lenin lançaria então a Nova Política Econômica (NEP), na sequência, para tentar resolver estes problemas. O plano reconheceu a gravidade da crise e propôs como solução políticas de liberalização da economia. Foi restabelecida a economia privada no campo, na pequena e média manufatura e no comércio interno. O Estado continuou controlando o comércio externo, o setor bancário e a indústria pesada (VISENTINI et. al., 2013).

Tanto o Comunismo de Guerra, quanto a NEP, foram concebidas entendendo que a Rússia Soviética estava isolada e que outra revolução do tipo não tomaria corpo tão logo. De certa forma, reconheceu-se a limitação da teoria da Revolução Permanente e de um efeito dominó revolucionário. Trotsky respondeu a esta crítica propondo que a Rússia Soviética buscasse, ativamente, fomentar a revolução nos países. Tal visão, no entanto, era minoritária no PCR. A política externa após a retirada das tropas ocidentais do país, foi a de evitar ao máximo o conflito internacional e estabilizar o país. Portanto, já havia uma concepção de reestruturar a Rússia antes de se mudar a posição internacional do país (HOSKING, 1992).

A implementação da NEP sinalizou, para o ocidente, uma posição de fraqueza do governo soviético. Lênin realiza seu famoso discurso de “um passo para trás para dar um salto adiante”, defendendo a política de abertura. Passaram então, a permitir o ingresso, ainda que

---

<sup>6</sup> O único contato externo era com a República Popular da Mongólia, cuja revolução ocorreu em 1921.

controlado, de capital externo e trabalhadores estrangeiros no país. Conceberam, também, os derrotados na 1ª Guerra Mundial (GM), em especial a Alemanha, como possíveis parceiros. Assinam, em 1922, o Tratado de Rapallo, onde a Alemanha reconhece o governo soviético e criam programas de cooperação econômica e militar (CARR, 1947).

A Alemanha estava proibida, pelo Tratado de Versalhes (1919), de manter capacidades industriais, especialmente de indústria pesada, capazes de produzir veículos pesados. Inclui-se carros de combate e navios de guerra. O Tratado de Rapallo, então, permite a construção destes veículos na União Soviética<sup>7</sup>. A transferência tecnológica e industrial, a capacidade de treinamento e de capacitação técnica, foram fundamentais para a reestruturação da economia soviética (HOSKING, 1992).

Para além disto, foram criados programas de cooperação com os Estados Unidos, em especial nas áreas de infraestrutura elétrica e de transportes. Tais programas compuseram grande parte do plano elaborado pela Comissão Estatal de Eletrificação da Rússia<sup>8</sup> (1920). Tal intercâmbio foi, também, fundamental para a construção de um padrão econômico inspirado no fordismo (SEGRILLO, 2000a)

### **2.1.2 O SOCIALISMO EM UM SÓ PAÍS**

A concepção de isolamento soviético já havia se consolidado no governo. Apesar da posição trotskista ainda ter alguma força, havia o reconhecimento de que a Rússia estaria isolada por algum tempo. A destruição provocada pela 1ª GM, a Guerra Civil Russa e a Guerra Russo-Polonesa impactou fortemente à população e aos partidários do bolchevismo. A promessa de paz foi ferramenta essencial de consolidação da revolução, mas também do poder de Stalin posteriormente. Stalin acreditava que o Ocidente não confrontaria a URSS novamente no curto prazo, e sabia que para isto deveria buscar uma política externa defensiva (VISENTINI, 2017).

Deveria, portanto, buscar recuperar o atraso do desenvolvimento de sua economia, outrora um capitalismo atrasado em relação à Europa Ocidental, e reconstruir o que fora destruído pela guerra civil. A NEP conseguiu recuperar grande parte da capacidade produtiva, mas levou a uma série de questões políticas. A formação de uma elite econômica no campo,

---

<sup>7</sup> O nome do país foi alterado com a Constituição de 1922 para União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). União Soviética é comumente utilizado como equivalente.

<sup>8</sup> Conhecido como plano GOELRO, oriundo do seu nome em russo.

conhecida por Kulaks, formada em torno da compra de terras e formação de latifúndios, foi a principal questão. Esta elite passou a pressionar o governo soviético a liberalizar ainda mais a economia e o governo, admitindo novos partidos e correntes liberais (HOSKING, 1992).

O principal mecanismo de pressão foi o controle sobre a produção agrícola. Esta alimentava as cidades, mas também garantia divisas internacionais pela exportação. Tais recursos foram utilizados para compra de maquinário e pagamento de trabalhadores estrangeiros que passaram a entrar no país (HOSKING, 1992).

Para além disso, na cidade constituíram-se os NEPmen, oriundos do meio comercial e da pequena manufatura. Estes foram responsáveis pela constituição, futura, de um mercado negro quando da coletivização da atividade econômica. Tal mercado permeou, em maior ou menor grau, todos os períodos da economia soviética (PIPES, 1968).

Após a morte de Lenin um intenso debate programático ocorreu dentro da liderança do partido bolchevique. A questão girava em torno do futuro da política nacional, construída ao redor da NEP, por Lenin (HOSKING, 1992).

De um lado, Trotsky e seus apoiadores, a chamada “Oposição de Esquerda” (OE), buscavam a retomada do ímpeto revolucionário internacionalista. A posição principal argumentava de que a NEP apoiava o capitalismo na URSS, sendo, portanto, reacionária. Ademais, negava qualquer tipo de compromisso, aliança ou acordo com o ocidente capitalista, no qual via regimes que buscariam, inevitavelmente, a destruição do comunismo (STALIN, 1924; HAUPT; MARIE, 1972).

No lado oposto, havia a “Tendência de Direita” (TD), liderados por Bukharin, que endossava e buscava ampliar o escopo da NEP. Pleiteavam maior liberalização e gradualismo do regime em implementar políticas de socialização. Viam como benéficos os acordos com potências capitalistas, do ponto de vista tecnológico e por garantirem a paz para o país. Entendiam, também, que a presença de propriedade privada garantiria um dinamismo essencial no período de reconstrução pós-guerra civil (HAUPT; MARIE, 1972).

Por fim, havia o grupo capitaneado por Stalin. Uma espécie de “centro marxista”<sup>9</sup>, que aglutinava os partidários do leninismo que, com o adoecimento de Lenin, passaram a se referenciar em Stalin. Era o grupo que detinha maior controle sobre o governo e sobre o partido, e que, apoiando-se junto à Tendência de Direita, garantiu uma maioria confortável para gerir a reconstrução do país (HAUPT; MARIE, 1972).

---

<sup>9</sup> Nome apresentado posteriormente por estudiosos como ....

Stalin entendeu que havia um balanço tênue entre o poder crescente da elite econômica dos NEPmen e Kulaks, e o belicismo da OE. Lançou, então, junto com Bukharin, sua tese do “Socialismo em Um Só País”. Tal foi promovida na 2ª Edição de o “Fundamentos do Leninismo”<sup>10</sup>, no 14º Congresso do Partido Comunista, e na carta de resposta à Pokoyev (STALIN 1924; 1926). A argumentação é de que o movimento proletário internacional, e as ações promovidas pela Internacional Comunista, deveriam focar na defesa da revolução soviética. Ademais, o foco do país deveria ser seu fortalecimento interno antes de buscar a projeção externa. Tal foi visto não só como opção, mas como necessidade do país após a derrota de todas as demais revoluções europeias. Stalin argumenta:

O congresso do partido aceitou que a classe trabalhadora, em aliança com o campesinato, tem o poder de realizar um golpe fatal nos capitalistas em nosso país e construir uma sociedade socialista, mesmo sem a vitória da revolução no Oeste para nos auxiliar. A Oposição [referindo-se à ala trotskista], do contrário, acredita que não somos capazes de realizar tal golpe em nossos capitalistas e erigir uma sociedade socialista sem a vitória dos trabalhadores no Oeste. Bom, como a vitória da revolução no Oeste provavelmente vai demorar, nada nos resta a fazer, aparentemente, senão sentar e esperar. O congresso, então, aceitou e aprovou em sua resolução sobre o relatório do Comitê Central que essa visão da Oposição implicava na falta de fé na nossa vitória sobre nossos capitalistas... O que ocorre é que nós somos capazes de edificar por completo uma sociedade socialista por meio dos nossos próprios esforços e sem a vitória da revolução no Oeste, mas isso, por si só, não nos garante contra invasões do capital internacional – contra o qual a vitória da revolução em diversos países ocidentais é necessária. A possibilidade de edificar por completo o socialismo em um só país é uma coisa, a possibilidade de proteção do nosso próprio país contra a usurpação do capital internacional, é outra (STALIN, 1926, online).

O impacto da adoção, pelo governo soviético, desta teoria implicou um desgaste crescente de Trotsky dentro do partido e do governo. Em 1925 perdeu o cargo de Comissário para Assuntos de Defesa, em 1927 foi expulso do partido. No ano seguinte foi exilado no Cazaquistão, e, em 1929, foi expulso do país. A literatura, porém, costuma não ligar o Socialismo em Um Só País ao outro problema crescente no país, o dos Kulaks. Ao negar o internacionalismo proletário e entender o isolamento soviético, Stalin anuncia que a Revolução Permanente está equivocada, mas também que não haverá uma volta ao

---

<sup>10</sup> Conjunto de nove palestras de Stalin na Universidade de Sverdlov após a morte de Lênin, em 1924, publicadas pelo Pravda (o jornal oficial do Comitê Central do Partido Comunista, e principal jornal em circulação na URSS).

capitalismo, essencialmente interdependente. Isto limita o papel dos Kulaks e dos partidários da TD. A ideia posta, então, é de que logo a NEP terá fim. Tal ocorrerá quando as contradições que a motivaram forem corrigidos (PIPES, 1968).

Tal momento chega com a consolidação stalinista sobre o governo, ao expulsar Trotsky. Em 1928 inicia-se o processo do 1º Plano Quinquenal (PQ), que previa a coletivização da economia, bem como a massificação da produção industrial pesada. Baseou-se, em questão de planificação e operacionalização, no já mencionado GOELRO (NOVE, 1963). No entanto, foi mais abrangente, tanto em escala de recursos mobilizados, quanto em número de setores atingidos e no esforço despendido. Os primeiros Planos Quinquenais modificaram essencialmente toda a sociedade soviética (SUTELA, 1984).

Tal plano foi, provavelmente, o mais disruptivo. Um conflito aberto contra os opositores, sejam do partido, sejam as elites consolidadas na NEP, tomou o país. A violência e a sabotagem foram utilizadas em larga escala. Soma-se a isto os choques externos, oriundos de quebras de safra entre 1931-1932 e da Crise internacional do capitalismo iniciada em 1929, e têm-se percepção do impacto na economia. Ao final do plano a agricultura estava essencialmente coletivizada, em grandes fazendas estatais ou cooperativas agrícolas. A produção industrial passou a crescer a taxas nunca antes vistas por uma economia moderna. A indústria pesada, pelas próximas duas décadas, passou a crescer na escala de dois dígitos ao ano (SEGRILLO, 2000a).

A agricultura, no entanto, sofreu forte retração. As colheitas e a produção agropecuária foram muito afetadas pela seca e pelo mal planejamento da coletivização. A resistência dos Kulaks dificultou a operacionalização do plano. Milhões de animais foram mortos para não serem entregues às autoridades centrais e diversas colheitas foram queimadas. Passaram, também, a recrutar camponeses para defender as propriedades agrícolas. O plano, dada a sua dimensionalidade, havia sido condicionado a ser implementado a todo custo. O confronto entre forças do governo e camponeses deixou mortos na casa das centenas de milhares, em cifras ainda muito disputadas na literatura (SEGRILLO, 2000a).

Os planos subsequentes foram focados na produção industrial e na correção dos planos anteriores. Procurou-se elevar as condições de vida, urbanizar o país e construir infraestrutura. A ocupação dos montes Urais, a expansão da produção mineral e de petróleo, e o povoamento da Sibéria com a construção de diversas novas cidades datam desta época (SUTELA, 1984).

No entanto, outro aspecto essencial foi a mudança drástica do cenário internacional. A crise de 1929 impactou diretamente o capitalismo. O colapso da economia alemã levou à ascensão de Hitler ao poder em 1933. A Itália, deixada de lado no Tratado de Versalhes, dá um giro para o Fascismo. Mussolini sobe ao poder em 1922, e em 1924 o fascismo toma o governo. Em 1926 a oposição já havia sido liquidada. Regimes cada vez mais ofensivos contra a URSS passam a tomar seus respectivos países. A visão do cerco internacional permanece, e a visão de um conflito aberto com o capitalismo é sentida como cada vez mais próxima, pelos soviéticos (FERNANDES, 2018).

A diplomacia busca, então, retardar ao máximo a inevitável guerra que se aproxima. As reformas militares e os recorrentes expurgos dentro do aparato governamental, em especial o expurgo das forças armadas de 1938, enfraquecem as capacidades da União Soviética. Stalin busca uma estabilidade imaginária onde não haveriam adversários. No processo, acaba por eliminar uma série de altos oficiais necessários à guerra que se aproxima (VISENTINI et al., 2013).

Buscou acordos de não agressão e de cooperação com os países ocidentais, encontrando na Alemanha Nazista, de maneira paradoxal, um ator disposto a postergar o conflito em prol do desenvolvimento mútuo. O Pacto Ribbentrop-Molotov foi o ápice de uma série de acordos de desenvolvimento industrial. O Leste Europeu foi dividido e ambos os países acordaram não se envolver em conflitos envolvendo a outra parte. A Alemanha inicia a 2ª GM, ao atacar a Polônia, e a URSS busca estabelecer linhas defensivas. Em especial, invade a Polônia logo antes da sua capitulação para o 3º Reich, e invade a Finlândia na Guerra de Inverno (1939-1940) (VISENTINI et al., 2013).

O desenrolar da 2ª GM foi marcado por uma tensão permanente entre a URSS e os Aliados, em especial os britânicos. Posteriormente foram revelados diversos planos britânicos e franceses de invasão ou ataque à URSS, a partir dos países escandinavos, do Irã e do Cáucaso. Os Estados Unidos agiram de maneira a mediar a tensão. E, mesmo após a invasão alemã da URSS (1941), a tensão não se dissipou completamente. O medo soviético de uma nova invasão externa havia se confirmado e, mesmo tendo sido por parte dos alemães e demais países do Eixo, ainda havia desconfiança para com os Aliados (CARR, 1947).

### **2.1.3 A SÍNTESE DA SUPERPOTÊNCIA**

O papel desempenhado pela União Soviética na 2ª GM fundamentou a construção de um novo sistema internacional. Oitenta e oito de cada cem soldados alemães mortos na guerra

padeceram no front oriental, a URSS era a 2ª maior economia do mundo, e consolidou um conjunto de forças militares massivo. Possuía, no final da guerra, um contingente militar maior do que os aliados combinados<sup>11</sup>, bem como quantidade equivalente ou superior de ativos de combate, como artilharias, blindados e transportes. A liberação do Leste Europeu e dos Balcãs garantiu, também, capacidade de articulação nas conferências de paz, Teerã (1943), Yalta (1945) e Potsdam (1945), e sobre uma esfera de influência na região. A relação soviética com os EUA foi, durante toda a guerra, estável. O país capitalista auxiliou parte relevante do esforço de guerra soviético. Porém, a morte de Roosevelt e a ascensão de Truman (1945) foi decisiva para o surgimento de uma hostilidade crescente entre ambos os países. Truman endossou diversas preocupações de Churchill, e passou a pressionar cada vez mais os comunistas (MEARSHEIMER, 2001).

A Conferência de Ialta, ocorrida em fevereiro de 1945, garantiu aos soviéticos uma área de influência no Leste Europeu, tida pelos soviéticos como decisiva para o estabelecimento de uma defesa em profundidade. Em julho, foi iniciada a Conferência de Potsdam, para encerrar os assuntos entre os vencedores da guerra na Europa. Churchill foi substituído por Atlee durante a conferência e Truman já havia tomado o posto de presidente após a morte de Roosevelt em abril do mesmo ano (MEARSHEIMER, 2001).

Potsdam foi, para os soviéticos, mais tensionada do que haviam sido as demais conferências. Truman informa Stalin sobre a existência de “uma arma de destruição sem igual”, que viria a ser lançada sobre o Japão meses depois. A percepção de cerco sobre os soviéticos cresceu<sup>12</sup>. Os comunistas, então, aceleram o processo de consolidação de regimes aliados nas suas fronteiras. Os Aliados buscaram congelar as fronteiras da maneira mais apertada possível contra os soviéticos, já construindo o cenário que viria a ser consolidado durante a guerra fria (HALLIDAY, 1989).

A URSS buscou, então, transformar os “estados-tampão”, fabricados na 1ª GM, em aliados estratégicos para garantir sua defesa. A construção deste cinturão defensivo ao redor do seu território foi vista como fundamental para a garantia da paz, dificultando futuras

---

<sup>11</sup> Considerando-se o teatro Europeu exclusivamente.

<sup>12</sup> O Reino Unido elaborou um plano, conhecido como Operação Impensável, na qual os aliados rearmariam a Alemanha e seus aliados e atacariam de maneira decisiva a URSS no final da guerra, expulsando-a para suas fronteiras originais. Índícios apontam que o governo soviético havia descoberto planos com características similares. A paridade de poder entre as forças aliadas e as soviéticas no Teatro Europeu, bem como a pressão do Alto-Comando estadunidense, fizeram os aliados abandonarem o planejamento de uma possível operação (WALKER, 2013).

agressões vindas do Oeste. No entanto, foi obrigada a arcar com os custos da reconstrução desses Estados, bem como pela construção do socialismo nesses países. Para tal, sofreu, desde o início das negociações, com assédios e pressões do Ocidente. Logo que os rumos da guerra já estavam consolidados, Churchill e Truman passaram a construir o que viria a ser chamada de Guerra Fria. A estratégia adotada foi a de cercamento estratégico da URSS e garantia de um tensionamento perene com o país (HALLIDAY, 1983; WALLERSTEIN, 2000).

A política soviética, desde a Guerra Civil até a consolidação da Guerra Fria possuiu caráter defensivo. Diversas ameaças externas moldaram seu comportamento. As diversas ações, em especial após a 2ª GM, indicam para uma estratégia de criação deste cinturão defensivo nas suas fronteiras, e buscar o maior número possível de aliados internacionais. No entanto, os recursos nacionais disponíveis foram drenados pela reconstrução do pós-guerra e pela construção de diversos estados-nação no seu entorno (HALLIDAY, 1999).

A pretensão soviética de irradiar a revolução foi solapada durante o início da Guerra Civil. A 2ª GM, no entanto, demonstrou que o isolamento não era mais uma opção. A síntese do país em uma espécie de ameaça ao Ocidente estava consolidada. Os anos imediatos pós-guerra, influenciados especialmente pelo Macartismo estadunidense, marcaram a construção de uma narrativa de conflito entre duas superpotências (HALLIDAY, 1983; 2000).

Observando-se as capacidades reais, os Estados Unidos saem da guerra controlando quase metade da economia mundial, tendo baixas irrisórias<sup>13</sup> se comparadas às soviéticas e com um conjunto de aliados qualitativamente e quantitativamente muito superiores aos soviéticos. O conflito da Guerra Fria, ainda que indireto, marca uma superpotência militar, econômica e política, construindo um campo auxiliar capitalista, de um lado. Do outro lado uma potência militar, com sua economia bastante impactada e com projeção política limitada ao seu entorno estratégico, tendo que construir uma série de Estados, muitos dos quais historicamente hostis, socialistas, para poder constituir um campo político (HALLIDAY, 1983).

No entanto, comparar as possibilidades e limitações soviéticas com o ocidente exige uma série de ressalvas. Primeiramente, enquanto Estado revolucionário, possui características próprias de atuação e impacto no Sistema Internacional. Ademais, a produção material, componente importante da projeção externa, segue lógicas e regras diferenciadas. O fator

---

<sup>13</sup> Estima-se que entre 400 mil e 500 mil estadunidenses, majoritariamente soldados, tenham morrido na guerra. Em contraste, as perdas soviéticas apontam para cerca de 26 milhões de pessoas., sendo a maior parte civis.

monetário é diminuído, bem como a questão do lucro. Já o discurso de que a URSS foi o epicentro da revolução, construído através da Internacional Comunista, implica um compromisso com esta mesma revolução ao redor do globo (HALLIDAY, 1999; 2000).

O país só atingirá, materialmente, um status de Superpotência quando extrapola sua projeção política para além do seu entorno imediato. Não significa, no entanto, que a expansão de sua influência tenha sido um projeto deliberado de promoção da revolução internacional tanto nas Américas e na Ásia, quanto na África. Explica-se, nos capítulos subsequentes o tipo de inserção da URSS no caso do continente africano. Antes disto, porém, examinamos os mecanismos internos que ditam as lógicas de funcionamento da política externa no país.

## **2.2 O MECANISMO INTERNO PARA PROJEÇÃO EXTERNA**

Para explicar o perfil e os processos de atuação da URSS no estrangeiro, é necessário analisar os condicionantes desta atuação. Elenca-se abaixo os setores tidos como indissociáveis do processo de construção da política externa. Primeiramente, faz-se uma descrição do arcabouço institucional e operacional da política econômica e de produção. Em seguida, analisam-se os processos de tomada de decisão interna sobre a política externa soviética propriamente dita. Diversas foram as reformas internas que os órgãos sofreram durante a Guerra Fria, e por isto, procura-se elencar os principais e mais determinantes no período.

### **2.2.10 PLANEJAMENTO CENTRAL DA PRODUÇÃO MATERIAL**

Como já tratado anteriormente, o órgão executor da política econômica era a VSNKh, criada em 1917. Os planos econômicos foram, inicialmente, pela própria VSNKh, sob orientação do Conselho de Comissários do Povo. No entanto, criou-se a Comissão de Planejamento Estatal (Gosplan), em 1921, para elaborar planos econômicos mais consolidados. Inicialmente foi encarregado de elaborar o plano GOELRO, juntamente com o Banco Estatal da URSS (Gosbank)<sup>14</sup>, a VSNKh e o Comissariado do Povo para Finanças (Narkomfin) (NOVE, 1963).

Havia, no entanto, uma série de problemas organizativos. O Gosbank era subordinado ao Narkomfin. Já o Gosplan e a VSNKh eram subordinados ao Comissariado do Povo para

---

<sup>14</sup> O Gosbank teve, desde sua criação em 1921, até o fim da URSS, a obrigação de realizar a contabilidade da nação, das empresas e dos indivíduos. Tal medida servia para controlar o cumprimento dos planos econômicos.

Trabalho e Defesa. A VSNKh possuía a capacidade de operação material da economia. Durante a NEP, grande parte da atividade econômica era do setor privado, tendo o VSNKh caráter limitado. Com o 1º Plano Quinquenal (PQ) a economia rapidamente se complexificou e a estrutura da própria VSNKh não conseguiu acompanhar. Portanto, criaram-se, inicialmente, trustes de empresas estatais para controle da produção. Em 1932, no final do 1º PQ, foram criados três comissariados populares industriais, que tomaram conta de grande parte da operação econômica. Cada comissariado tinha funções similares à VSNKh e ao Gosplan. Este processo de criação de comissariados expandiu-se nos anos subsequentes, constituindo o chamado sistema ministerial da economia:

Em 1932, três Comissariados Populares Industriais (ministérios) foram criados: das indústrias pesada, leve e madeireira. Seus números cresceram com rapidez. Em 1939 havia vinte dos mesmos. O máximo absoluto foi atingido em 1946-48, quando eles (só em ministérios industriais e de construção) somavam trinta e dois. Depois de uma redução drástica após a morte de Stálin, passando a onze, houve outra expansão em 1954 e, ao fim de 1956, havia trinta e um ministérios industriais (NOVE, 1963, p. 77).

Havia, portanto, grande sobreposição de funções entre os comissariados específicos, a VSNKh, o Gosplan e o Narkomfin. Algumas reformas foram tentadas. Em 1928 a Gosplan passa a focar quase que exclusivamente na elaboração dos planos quinquenais. No entanto, o sistema ministerial<sup>15</sup> expandiu-se e permaneceram os problemas de articulação econômica entre as diferentes etapas da cadeia de planejamento e produção (SUTELA, 1984).

A crescente dificuldade de comunicação entre os ministérios ocasionou uma série de gargalos econômicos. A necessidade, durante a 2ª GM, de flexibilidade produtiva levou à endogeneização da produção ministerial. Os ministérios, antecipando deficiências no fornecimento de materiais, passaram a estocar matérias primas. Ademais, a dificuldade de diálogo entre os ministérios era considerável. Por vezes era mais fácil requisitar o transporte de matérias primas oriundas do outro lado do país, desde que por dentro do ministério, do que requisitar as mesmas para as indústrias locais que as produziam, mas estavam vinculadas a outros ministérios. Essa deficiência na alocação de recursos permeou grande parte da história soviética (HOUG; FAINSOD, 1979).

Em 1948 ocorre uma reforma do Gosplan. Seu departamento técnico (Gostekhnika), o Escritório Estatístico Central (EEC) e o Departamento de Distribuição de Materiais (Gossnab)

---

<sup>15</sup> Fenômeno conhecido também como Departamentalismo (SEGRILLO, 2000a).

tornam-se ministérios próprios do Conselho de Ministros. A função do primeiro era desenvolver novas técnicas de produção e novos produtos. A do EEC era de manter os registros estatísticos da produção e distribuição de bens na economia. O último ficou responsável pela logística e cálculo de distribuição de materiais para as empresas, trustes, departamentos e afins em nível nacional (NOVE, 1963).

A ascensão de Krushov (1953) , após a morte de Stalin, foi marcada por abruptas mudanças organizativas, tanto no governo quanto no PCUS. Em 1955 dividiu-se o Gosplan em dois. O Gosplan, propriamente dito, focaria exclusivamente em planos de longo prazo. Foi criada também, a Comissão Econômica do Estado (CEE), focada no planejamento atual da economia, isto é, no curto prazo. Logo no ano seguinte, no entanto, outra reforma toma corpo, a chamada Reforma “Sovnarkhoz” (NOVE, 1963).

Um Soviete Econômico Regional (Sovnarkhoz) era uma organização, comumente limitada a um Oblast, focada em organizar toda a atividade econômica local. Transferiu-se o controle e a administração das empresas da União para os Sovnarkhoz. Estes passaram a ter a capacidade de alocar os recursos, contratar e demitir diretores e fiscalizar o desempenho das empresas. No entanto, as pequenas atividades econômicas seguiram sob o comando dos sovietes dos oblasts (NOVE, 1963).

A reforma deslocou o planejamento central para órgãos mais descentralizados. O Gosplan passou a guiar os Gosplans das Repúblicas. Estes passaram a coordenar os Sovietes Econômicos Regionais. Os departamentos dentro dos Sovnarkhoz passaram, então, a cuidar das empresas federais em nível local. Foram abolidos os ministérios federais específicos. A departamentalização foi, então, mitigada (NOVE, 1963).

No entanto, criaram-se, em 1957, oito comitês estatais do conselho de ministros. Tais deveriam determinar programas de produção e pesquisa, mas não coordenar empresas. Na prática, os comitês de Técnica Aeronáutica, Técnica de Defesa, Radioeletrônica e Construção Naval<sup>16</sup>, todos muito ligados ao setor militar, mantiveram controle direto sobre empresas de defesa (NOVE, 1963).

A reforma passou a focar na indústria de bens de consumo, em detrimento da indústria de base. Outro fator crucial foi o estabelecimento da Coexistência Pacífica e da mudança de narrativa sobre a superação do capitalismo. O país focaria em superar o ocidente por meio do

---

<sup>16</sup> Ademais, haviam os comitês de Indústria Química, Automatização e Fabricação de máquinas, produtos cereais e Técnica Eletrônica, estes dois últimos criados em 1961 (NOVE, 1963).

incremento da qualidade de vida. Para tal, passou a focar em bens de consumo (SUTELA, 1984).

A política de Krushov foi feita com o intuito de aproximar o planejamento das necessidades dos consumidores. Na prática, burocratizou o processo, desarticulou a já débil interdependência entre as empresas e dificultou o planejamento da economia. Ademais, buscou retirar membros da burocracia do partido e do Estado identificados com o stalinismo de seus postos. Diversos órgãos foram extintos e recriados, como acima mencionado. Tal instabilidade na coordenação da política nacional foi um dos motivantes da sua derrubada, em 1964<sup>17</sup> (NOVE, 1963)

Na sequência, assumiu Leonid Brezhnev, mais moderado. A política proposta pelo novo líder deu estabilidade ao país. A reforma econômica de 1965, chamada Reforma Kosygin<sup>18</sup>, retornava ao sistema de ministérios e o planejamento focado no Gosplan nacional. Ademais, Kosygin tentou instituir um sistema de premiação para empresas inovarem e terem ganhos de produtividade (NOVE, 1963). O êxito foi limitado, em especial às grandes empresas federais que já lidavam com tecnologia de ponta, como a militar. Por fim, estabilizou os quadros do partido e da administração federal, efetivamente criando a Nomenklatura. A mudança de quadros passou a ser, então, bastante diminuta, o que gerou inércia e estagnação entre a burocracia (VISENTINI, 2017).

Outras duas reformas econômicas foram tentadas, ambas sob as ideias de Kosygin, para tentar incorporar mecanismos de mercado e incentivos à produtividade e inovação. Uma em 1973 e outra em 1979, ambas falharam na sua implementação, muito pela indisposição de grande parte dos membros técnicos do Estado ou do partido em provocar mudanças abruptas. Tal temor foi oriundo do período de desarticulação promovido por Krushov. Somente com a morte de Brezhnev e a mudança de parte do comitê central do PCUS passaram-se a considerar reformas (SUTELA, 1984).

Os interregnos de Andropov (1982-1984) e Chernenko (1984-1985), iniciaram processos incipientes de reforma do aparato estatal. Tiveram mais êxito em dinamizar o partido, conseguindo remover quadros problemáticos, em especial à nível das repúblicas e do planejamento regional. A economia iniciou um processo de flexibilização, mas a morte precoce de ambos interrompeu o processo (VISENTINI, 2017).

---

<sup>17</sup> Para ver mais, consultar Vizentini et al. (2013).

<sup>18</sup> Em homenagem ao chefe do conselho de ministros entre 1964-1980, Alexei Kosygin.

Por fim, a subida de Gorbachov ao poder em 1985 marcou o início da implementação de reformas liberais no país. O descolamento do partido e do governo foi promovido para garantir o controle de Gorbachov sobre as reformas. A Perestroika desarticulou a economia soviética e logo passou-se à privatização desenfreada. Não cabe ao presente trabalho elucidar os condicionantes políticos e os resultados desta política após a dissolução da URSS<sup>19</sup> (SEGRILLO, 2000b).

Durante a maior parte da existência da economia planificada, a URSS foi capaz de transformar grande parte da atividade econômica em capacidade nacional. Tal feito é próprio do modelo econômico centralmente planejado do país. A burocracia necessária à sua operação e o envolvimento partidário na tomada de decisões levaram a uma tendência inercial da economia em uma ampla gama de setores. Neste sentido a produção contínua apresentava um tempo de adequação a novas diretrizes e demandas, demorando em mudar o padrão produtivo. No entanto, a dedicação de um volume considerável de recursos para a questão de capacidades nacionais, e, em última instância, defesa, criou mecanismos próprios de atuação para o setor (SEGRILLO, 2000a).

Como comentado anteriormente, as indústrias responsáveis por equipamentos militares mantiveram-se, em maior ou menor grau, ligadas ao aparato central do governo soviético, mesmo após reformas descentralizantes. Isto conferiu grande status para estas empresas, permitindo comunicação direta com ministérios e formuladores do planejamento e da tomada de decisão. Ademais, a inércia da produção de ativos de defesa, que em grande parte eram estocados, garantia uma quantidade considerável destes à disposição para uso imediato (DEGER, 1985).

Com um conjunto de mecanismos flexíveis de tomada de decisão e a disponibilidade material de ativos de defesa, a URSS pode, então, rapidamente executar ações. Tais ações envolveram desde o fornecimento de material para grupos insurgentes, até a venda e reconstrução de exércitos inteiros, caso do Egito após a guerra dos seis dias. Por fim, a conexão entre a questão material e a base que sustenta a indústria de defesa foi perene desde a consolidação da revolução. O cerco construído ao redor da URSS, ou assim entendido pelo país, levou a um estado permanente de prontidão. Tal perspectiva implicava não só mobilização nacional, mas a manutenção de doutrinas, equipamentos e capacidades industriais em condições de confronto a todo momento (STAAR, 1991).

---

<sup>19</sup> Para ver mais, consultar Segrillo (2000b).

De certa forma, o confronto se realizou. Não no teatro imaginado pela URSS, que seria seu próprio território ou entorno estratégico. A construção da Guerra Fria levou a uma série de confrontos em diversos países, por todos os continentes. A presença soviética nesses conflitos esteve condicionada à sua política externa e sua estratégia de inserção internacional. Tal limitava ao máximo as possibilidades de confronto direto e próximo, sendo implementada e avançando em terrenos onde houvesse pouca necessidade de comprometimento e onde os ganhos fossem, majoritariamente, visíveis.

### **2.2.2 A CONSTRUÇÃO LÓGICA DA POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA**

Trabalha-se, nesta seção, os aspectos essenciais da formulação endógena da política externa soviética. Utiliza-se da divisão temporal consolidada na literatura para tratar dos grandes períodos da política da guerra fria. Tais fornecem o contexto das decisões. Foca-se, no entanto, nos mecanismos internos de decisão, mais do que na política macro do período.

Após o fim da 2ª GM, constrói-se um período de contenção, por parte do Ocidente, contra a URSS. Formulado a partir da doutrina Truman, de 1945 a 1953, os EUA, e seus aliados, buscaram conter todos os esforços revolucionários provocados pela 2ª GM. O período tem seu auge na Guerra da Coreia (1951-1953), com a intervenção direta da URSS, da República Popular da China e dos EUA. O quase conflito entre as duas potências globais (aliado a outro gigante que acabara de consolidar sua revolução), levou à consolidação do que viria a ser a Guerra Fria. Um quase conflito, com tensão permanente, entre dois blocos globais: O capitalista e o Bloco Soviético<sup>20</sup> (STAAR, 1991)

Inaugura-se, com a ascensão de Krushov, na URSS, e de Eisenhower, nos EUA, o período de confrontação (1953-1962). Tais mudanças geraram um cenário instável na política externa. A reconstrução da URSS estava concluída, e agora havia um bloco soviético consolidado. O país, então, passou a ter maior liberdade de atuação no cenário global. Os EUA, por sua vez, com a Doutrina Eisenhower (1957), passaram a não só conter, mas tensionar a URSS onde fosse possível. Uma maior assertividade de ambos os lados levou a tensões como a Guerra de Suez (1956), Revolução Húngara (1956), Ruptura Sino-Soviética (1960) e Crise dos Mísseis (1962) (HALLIDAY, 1983).

---

<sup>20</sup> Utiliza-se “o Bloco Soviético” ao invés do bloco comunista devido a uma série de países, como a R.P.C, comunistas não participarem ou serem francamente hostis à este.

Após a crise em Cuba e à remoção de Krushov do cargo, Brezhnev busca uma acomodação com o Ocidente. Uma série de acordos são firmados para desescalar a tensão, no que ficou conhecido como a Détente (1962-1979). Ambos os lados rejeitaram, ativamente, a tensão direta, transferindo para conflitos indiretos o choque entre ambos os blocos. Datam desta época os acordos SALT, o Tratado Anti-Mísseis antibalísticos [ABM] (1972) e a Doutrina Brezhnev (1972). A doutrina, também chamada de soberania limitada, criava uma tese de responsabilidade recíproca entre os países socialistas e aliados para a manutenção da paz e para a vitória do comunismo. Tal justificou uma série de intervenções, consideradas contra revolucionárias, em países como Tchecoslováquia (1968) e Afeganistão (1979). Essa política marcou uma distensão com o capitalismo, mas também com países como Iugoslávia e R.P.C. (BRITES, 2012).

A Détente se encerra com a intervenção soviética no Afeganistão e com a retomada, pelo governo Reagan, do belicismo. A chamada 2ª Guerra Fria foi marcada por uma acelerada corrida dos EUA para retomar a hegemonia global. Para tal, passou a advogar intervenções e maior assertividade contra países socialistas, como na Nicarágua (1986) e em Granada (1980). Ademais, renovou a corrida armamentista, e a pressão econômico-diplomática em diversos órgãos multilaterais contra o bloco socialista (HALLIDAY, 2000).

Tal contextualização se fez necessária para entender-se o papel do cenário internacional na própria formulação política por parte da URSS. Como já exemplificado, a percepção soviética da política externa é intrinsecamente ligada à noção de um cerco internacional capitalista ao país. Os mecanismos de atuação externa foram variados.

O primeiro destes é o próprio Partido Comunista da União Soviética<sup>21</sup>. O PCUS possuía um órgão especializado para as relações com os demais partidos de inspiração marxista internacional: o Departamento Internacional (DI). Dentro do DI haviam sub-divisões regionais, eram estas: África, América Latina, Escandinávia e Islândia, Estados Unidos, Europa Central, Organizações Sociais Internacionais, Oriente Próximo, Reino Unido e Comunidade Britânica e Sudeste Asiático (HOUG; FAINSOD, 1979).

Os membros destes departamentos e seus comitês internos eram escolhidos dentro do partido. Possuíam formação própria, pela via partidária, do conhecimento necessário para

---

<sup>21</sup> Adota-se este nome, que foi o mais presente na história soviética, mas relaciona-se à atuação do partido em todo o período pós-1945.

operar as relações estrangeiras. A formação, mais doutrinária e alinhada com o partido do que a dos diplomatas e agentes de inteligência, conferia uma visão particular dos fenômenos.

As questões eram ponderadas dentro do próprio departamento para, então, serem submetidas aos órgãos superiores do partido. O primeiro deles era o Comitê Central (CC) do PCUS. Era o órgão executivo do PCUS enquanto não estavam ocorrendo os Congressos do Partido. Sua configuração mudou, em número de membros, por diversas vezes ao longo da história, sendo ampliado diversas vezes. Dado o seu tamanho, a maior parte das questões tratadas no CC eram de caráter geral. Criaram-se, em 1919, outros 2<sup>22</sup> órgãos menores e com caráter mais executivo para tomar decisões mais rapidamente: O Comitê Político (Politburo) e o Secretariado do PCUS (HOSKING, 1992).

Iniciando pelo último, tinha função de operacionalizar e administrar as decisões do partido. Desde organizar reuniões e eventos, até implementar decisões partidárias tomadas em outras instâncias. Diversos membros possuíam dupla representação em outros órgãos, em especial o Secretário-Geral que, via de regra, acabou sendo também o líder da URSS. A criação do órgão surgiu para separar os assuntos do PCUS dos assuntos do governo, mas apenas de maneira organizativa (HOSKING, 1992).

O Politburo foi, na prática, o órgão decisor da URSS, tanto em matérias domésticas quanto externas. O DI, então, fornecia substrato para a tomada de decisões, por meio de minutas, relatórios e a própria participação de seus membros em reuniões do Politburo ou do CC. As decisões tomadas, normalmente pelo Politburo, eram então devolvidas ao DI para a operacionalização da decisão. Este, por sua vez, contactava os ministérios que lhe fossem necessários para executar as ações (STAAR, 1991).

Outro órgão foi o serviço de inteligência soviético, popularmente conhecido como KGB (Comitê de Segurança do Estado). A criação da Tcheka, durante a revolução russa, não diferenciou um órgão de inteligência e repressão interna e externa. Este tipo de organização foi constante quando a Tcheka foi reformulada na NKVD (Comissariado do Povo para Assuntos Internos). No entanto, a NKVD, internamente, diferenciou um departamento específico para assuntos estrangeiros, e outro para assuntos internos. Continuava, no entanto,

---

<sup>22</sup> Foi criado também o Orgburo, cujas funções deveriam ser de organizar os trabalhos do partido. Supervisionava os comitês regionais e locais do partido, bem como seus departamentos. Possuía, também, o poder de realocar e até mesmo expulsar membros do partido. Suas funções frequentemente eram sobrepostas com as do Secretariado, motivo pelo qual foi extinto em 1952, formalmente reconhecendo o Secretariado como órgão organizativo.

respondendo igualmente ao Comitê Central do PCUS, e ao Conselho de Ministros Soviético, principal órgão de governo (STAAR, 1991).

Com o fim da 2ª GM, todos os comissariados foram transformados em ministérios, em uma política de demonstração de que a URSS estaria se tornando um Estado Nação padrão. O serviço de inteligência, então, passou a ser organizado pelo Ministério de Segurança do Estado (MGB), com status de ministério. Em 1953, no entanto, uma reforma ministerial criou a KGB. Formalmente deixou de estar sujeita ao PCUS e passou a responder diretamente ao Conselho de Ministros. No entanto, a cooperação com os demais órgãos, tanto do governo quanto do PCUS, continuou de maneira estável (STAAR, 1991).

Os agentes da KGB designados ao estrangeiro eram alocados de acordo com decisões oriundas principalmente do Ministério de Relações Exteriores (MRE). Para além disso, auxiliavam na operacionalização do contato dos membros tanto da diplomacia, quanto do PCUS com locais de interesse. A função, então, da KGB foi, pela maior parte, de ligação entre o operativo local e o centro de planejamento e decisão (STAAR, 1991).

Seus agentes contactavam e cooptavam cidadãos locais para servirem de espões e angariar informações. Este processo do estabelecimento de redes de informação era, talvez, mais importante do que o roubo direto de informações pelos agentes. Também eram responsáveis por organizar o recolhimento de informações dos membros do PCUS e do MRE, e seu traslado para Moscou (STAAR, 1991).

Por fim, temos o próprio MRE enquanto órgão de tomada de decisões internacionais. Foi organizado, assim como a KGB, como um comissariado, em 1923. Antes disto, as relações estrangeiras dependiam de apontamentos diretos do Comitê Central<sup>23</sup>. Seu papel inicial se misturava com a exportação da revolução e com o papel do departamento internacional do PCUS. No entanto, a consolidação do Estado soviético levou à reformulação de perfil e objetivo do MRE. Buscou-se separar a função de certa forma mais ideológica, cujo encarregado seria do DI do PCUS, da função considerada mais técnica da diplomacia (HOSKING, 1992)

Era comandado por um colegiado, em um modelo de liderança coletiva, apesar de possuir um Ministro de Relações Exteriores. Tal colegiado era composto pelo ministro e seus dois vice-ministros, chefes dos 9 departamentos internos, 14 membros do ministério com

---

<sup>23</sup> Tal foi o caso de Trotsky negociando o Tratado de Brest-Litovski, em 1918.

cargos de chefia em setores administrativos e o chefe do secretariado do ministério (STARR, 1991).

O funcionamento do ministério e a operacionalização da política externa foi similar ao dos ministérios dos demais países. Havia provas específicas para ingresso na diplomacia e apontamentos do PCUS para o ministério. A liderança colegiada recebia informações específicas dos assuntos e se reunia para se posicionar, enquanto MRE, sobre tais questões. A posição, então, era levada pelo ministro para o Conselho de Ministros e para o PCUS (HOSKING, 1992).

Através deste intercâmbio, entre a KGB, o DI e o MRE, se construía as posições que seriam apresentadas ao CC e ao Politburo. Este complexo arranjo gerava uma base sólida para as posições que viriam a ser tomadas. Tal questão ocasionava, assim como na questão da produção material, decisões de tendência inercial. Corrigir decisões ou mesmo mudar o roteiro de operações gerava duas possibilidades (HOSKING, 1992).

A primeira, é a de se seguir o rito padrão de tomada de decisões, o que exigia tempo e ocasionava retardo para a correção. A segunda, praticada de maneira mais usual, era a quebra do rito das decisões *ex ante*. Isto é, um órgão criava uma proposta, podendo consultar alguns membros dos demais, e então a apresentava a um número limitado de pessoas-chave, normalmente o Ministro do MRE, o chefe da KGB e o Secretário- Geral do Partido. A decisão tomada por estes era executada e, posteriormente, era referendada pelo rito tradicional. (HOSKING, 1992).

Tal processo foi frequente, em especial em questões emergenciais. Muitas, inclusive, sequer seguiram posteriormente para o rito. Não foram raras as vezes em que as decisões foram apenas comunicadas para os membros do rito, visando o conhecimento geral. Tendo isto em mente, ressalta-se que dificilmente pode-se atribuir a este ou àquele indivíduo o controle e a onisciência das decisões tomadas. A responsabilidade, em grande parte, foi coletiva dentro da estrutura organizacional da URSS (STARR, 1991).

### 3. A ÁFRICA PARA A UNIÃO SOVIÉTICA

A presente seção buscará analisar a estrutura geral de interação da URSS com o continente africano. Trabalha-se, primeiramente, com as possibilidades e os ativos disponíveis à URSS para atuar no continente. Em seguida, explicitam-se os constrangimentos internacionais para o contato da União Soviética e dos países do Sorex<sup>24</sup> com a África. Posteriormente, comentam-se alguns dos fatores impeditivos ou que dificultaram o contato da África com a URSS. Após, analisa-se a estratégia soviética utilizada para o continente africano. Para tal, realiza-se uma discussão da construção de uma possível Grande Estratégia (GE) para o continente, suas limitações e a abordagem efetivamente implementada no continente (NOLUTSHUNGU, 1985).

Os primeiros contatos da URSS com a África foram realizados ainda no período do entreguerras, mas de maneira esporádica e majoritariamente indireta. Os poucos contatos diretos, como nos casos da Etiópia e do Egito, vieram a partir das conexões herdadas do Império Russo, e possuíam um caráter meramente formalista, com pouco diálogo político. À exceção da área das artes da cultura, os contatos foram, pela maior parte do tempo, rarefeitos até a eclosão da 2ª Guerra Mundial (DEGER, 1985).

Alguns poucos intercâmbios ocorreram entre as universidades soviéticas e a África. Por parte dos comunistas, houveram estudos antropológicos e do estudo das línguas. Por parte dos africanos, a questão das línguas e de cursos na área de artes e economia. No entanto, o contato direto foi minoritário nas relações. Foi por meio dos partidos comunistas europeus, em especial o Partido Comunista Francês (PCF) e o Partido Comunista Português (PCP), que se fizeram os contatos mais promissores (DREW, 2014).

Ambos os partidos apoiaram o esforço de descolonização e foram críticos da política imperialista europeia na África. O DI-PCUS atuou em conjunto às missões do PCF e do PCP na África para construir uma posição estável, ainda que sutil, em diversos países africanos. Essa predisposição internacionalista, por parte do comunismo, facilitou o intercâmbio e a aceitação bilateral deste tipo de missão (DREW, 2014).

---

<sup>24</sup> O Socialismo Real (Sorex) aqui citado são o conjunto de países da Europa Oriental, especialmente organizados no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON). O órgão supranacional auxiliava na coordenação da atividade econômica do bloco socialista com a URSS, mas também com países no estrangeiro. Uma das principais ferramentas foi a Divisão Internacional do Trabalho dentro do próprio bloco socialista, com economia complementares. Para maiores informações sobre o padrão de funcionamento do COMECON ver Secchi e Fuhr (2017).

Estas relações foram se consolidando ao longo dos anos 30 e durante a 2ª Guerra Mundial. A URSS, enquanto Estado, não destinou uma ampla gama de recursos para ampliar sua participação na África, mas os contatos feitos pelo PCUS criaram uma rede de contatos e conexões com diversos movimentos africanos. A existência de um país revolucionário que sobreviveu a duas ofensivas do capitalismo internacional<sup>25</sup> mudou a percepção de movimentos ao redor do mundo. Fossem movimentos nacionalistas, marxistas, de libertação nacional ou antiimperialistas, a mensagem foi clara: uma alternativa contra-hegemônica era possível, visível e poderia auxiliar seus próprios esforços. O foco dado, então, foi justamente na pauta mais ampla do ponto de vista das organizações, que era o anti-imperialismo. Tal permeou, evidente que com sentidos diferentes do ponto de vista de propostas, quase todos os movimentos africanos, tanto de direita quanto de esquerda (NOLUTSHUNGU, 1985).

Nesta luta, os fatores cruciais foram a força dos movimentos endógenos a estes Estados nascentes, e o grau de desestabilização do aparato colonial, muito provocado pela própria debilidade das metrópoles no pós-guerra. A estrutura de relações construídas pela URSS não serviu, na maior parte dos casos, para provocar as independências. O contato com os movimentos de esquerda europeias, e por sua vez com os movimentos de libertação nacional, permitiram, no entanto, entender o grau dos processos de independência (NOLUTSHUNGU, 1985).

Sabendo a velocidade dos acontecimentos e tendo um acompanhamento próximo aos fenômenos, pôde responder de maneira mais rápida aos ocorridos. Os largos estoques de equipamentos e o processo de competição contínua com os EUA ocasionava uma grande quantidade de equipamentos defasados que poderiam ser vendidos ou trocados com a África. No processo de fornecimento para a África a URSS conseguiu acumular reservas em moeda conversível<sup>26</sup>, ou utilizava-se do comércio compensado para efetivar o comércio. Esta segunda opção foi muito utilizada pela própria falta de reservas dos países africanos. Também permitiu que efetua-se comércio de produtos essenciais à URSS, como commodities agrícolas e minérios estratégicos (SMITH, 1985).

A estrutura produtiva soviética permitiu inserções rápidas em situações de necessidade aguda. Tal ocorreu, por exemplo, na ponte aérea de armamentos para Angola em 1974 (e para a Etiópia em 1977). Também permitiu o aproveitamento de oportunidades de ganho político

---

<sup>25</sup> A intervenção ocidental na Guerra Civil Russa e a 2ª Guerra Mundial.

<sup>26</sup> O isolamento financeiro sofrido pela URSS restringia a capacidade de aquisição de moedas conversíveis para comercializar com os países capitalistas.

rápido com auxílios econômicos. Provavelmente maior exemplo disso foi a represa de Assuã, no Egito<sup>27</sup> (DOUGHERTY, 1959).

A abordagem socialista para a economia, oriunda da economia política marxista, gerava menores empecilhos à alocação de recursos por compreender os objetivos políticos desta como centrais. A visão oposta, capitalista, tinha na centralidade o lucro das empresas participantes dos negócios estrangeiros, ou a fiscalização das ações do governo por um conjunto de atores em disputa política permanente com vistas às eleições. Projetos de larga escala possuíam mecanismos de controle mais conflitivos e eram submetidos a escrutínios sem semelhança no bloco socialista. Na URSS, decisões tomadas pelo DI e pelo MRE eram iniciadas a partir dos escalões mais baixos. O referendo do Politburo foi, durante grande parte do tempo, residual (STAAR, 1991).

As decisões de maior envergadura, no entanto, possuíam maior escrutínio por parte do Politburo e a cúpula do MRE. No entanto, dificilmente estas decisões eram emergências decorrentes de crises imprevistas pela URSS. O acompanhamento cotidiano da elevação das tensões, como nos casos acima citados, gerava extensos debates dentro dos órgãos decisores por períodos relativamente longos de tempo. Por exemplo, membros do Politburo debateram as ações em relação à Angola desde, no mínimo 1962. Informações e comentários de agentes no local eram frequentes nas reuniões (PONOMARYOV; GROMYKO: KHVOSTOV, 1974; STAAR, 1991)<sup>28</sup>.

Para além disto, a posição do DI e do MRE eram prioritárias, como já explicado na seção anterior, na cadeia produtiva e de estoques. Relativamente ao conjunto da economia, havia maior abundância de ativos e, por isto, era menos custoso tomadas de decisão e desvios de recursos para projetos específicos nestes órgãos. A perspectiva então passava a ser o ganho político das ações e os possíveis constrangimentos e perdas políticas nas tomadas de decisão (DEGER, 1985).

Para minimizar os riscos, a URSS buscou as mais diversas plataformas de inserção. As principais vias de entrada foram inserções conjuntas com o ocidente nos países, a venda de

---

<sup>27</sup> Após a recusa ocidental em financiar o projeto, a URSS rapidamente se prontificou a construir a barragem para fornecer energia elétrica e controlar as cheias do rio Nilo para agricultura (DOUGHERTY, 1959).

<sup>28</sup> Não cabe aprofundar o debate sobre o processo no Ocidente, mas a maior parte das decisões tomadas pelo alto comando era ou oriunda do presidente (ou equivalente), ou referendada pelo mesmo. Por sua vez, esta era baseada nos relatórios e atuação de funcionários da alta hierarquia, com menor espaço para oficiais menores atuarem de maneira direta na tomada de decisão. Para ver mais, consultar Steiner (1987), para os casos dos EUA e do Reino Unido, e Lakomy (2019), para o caso francês.

armamentos e a criação de *joint-ventures* com países africanos. A primeira normalmente envolvia um acordo entre a URSS, algum país ocidental e o país africano receptor. Exemplo disto são a construção, pela União Soviética e pelo Reino Unido, de oleodutos na Nigéria. Tais acordos vieram a partir de discussões na UNCTAD<sup>29</sup>, sobre a promoção do desenvolvimento, da industrialização e da cooperação, especialmente a partir dos anos 50 (NOLUTSHUNGU, 1985).

A utilização deste tipo de acordo servia à URSS pela falta de recursos próprios para a realização dos investimentos. O país possuía uma abundância de mão-de-obra qualificada, fruto do sistema de ensino universal e gratuito, mas carecia de excedentes de capital para investir. Tal, suplementado pelo ocidente, gerou um padrão de acordos bastante comuns (NOLUTSHUNGU, 1985).

Os Ocidentais revertiam lucro para suas empresas e tinham maiores possibilidades de investigar a presença soviética no continente africano. A África como um todo teve um incremento do capital instalado no país, mas manteve, de certa forma, partes da estrutura de dominação capitalista. À URSS era destinado a maior parte do capital político, não só com os próprios países receptores, mas também com o resto do continente e do 3º Mundo. Para além disto, enfraquecia, ainda que em ritmo menor do que se o investimento fosse próprio, os laços neocoloniais estabelecidos pela Europa. A questão, então, marcou um processo de perda de poder relativo da Europa e incremento soviético, ainda que em ritmo mais gradual. No entanto, a estrutura de dominação não foi rompida, como será visto mais abaixo (DEGER, 1985; SMITH, 1985).

No que concerne ao setor militar, a URSS, estrategicamente, possuía menos entraves e exigências para a execução do comércio de equipamentos bélicos do que o Ocidente. Priorizando a confirmação das transações, relativizou o perfil ideológico dos parceiros comerciais. À exemplo do Sudão, da Nigéria e do Marrocos, comercializou com regimes abertamente anti-comunistas. Mais do que aliados, o comércio poderia auxiliar na construção de regimes neutros que, apesar de, internamente, reprimirem movimentos de esquerda, no setor externo mantinham equidistância ou até mesmo apoiavam demandas soviéticas. A aproximação pela via dos movimentos anti-repressão, anti-racistas e anti-coloniais permitiu este contato com diversos regimes de direita no continente. Este parece, então, um dos traços mais gerais da inserção soviética, o do pragmatismo (KAW, 1989).

---

<sup>29</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Do ponto de vista destes constrangimentos, temos a existência de uma competição assimétrica entre o Ocidente e o Sorex durante toda a Guerra Fria. O primeiro controlava a maior parte da estrutura econômica global, as cadeias produtivas e tinha um nível de desenvolvimento econômico, social e tecnológico muito mais avançado do que o resto do planeta. Apesar dos esforços socialistas de acompanhar, houve uma lacuna visível. Não só os EUA possuíam uma produção e uma dinâmica mais avançada do que a URSS, como seus aliados eram muito mais poderosos. Nunca houve, nem se pretendeu pelo Sorex, portanto, uma competição paritária pelo controle global (HALLIDAY, 1989).

A dinâmica histórica da África e seus laços coloniais e neocoloniais dificultaram a inserção soviética no continente. Esta foi, na maior parte das vezes, um suplemento na ausência de predisposição ocidental em auxiliar. No entanto, a alta dependência para com este tornou o reconhecimento e o início dos contatos com a União Soviética bastante difícil. Como descrito por Nolutshungu:

A história e a tradição, assim como os interesses de lideranças de classe na África, favoreceram a continuidade da dependência com o Ocidente, assim como a estrutura da economia mundial reduziu o escopo para um possível reordenamento das relações econômicas externas da África. São somente em condições excepcionalmente difíceis, quando países ocidentais não estiveram dispostos a prover assistência suficiente, e especialmente quando a segurança do estado africano esteve em jogo, que os governos africanos fizeram esforços para aumentar a cooperação com a URSS (NOLUTSHUNGU, 1985, p. 77, tradução própria).

Os países do sorex europeu seguiram um padrão de interação à reboque da União Soviética. O incremento das relações de um país com a URSS, via de regra, resultava num incremento dos países do sorex. No entanto, o contato comercial e econômico do sorex com a África sempre foi residual. Tampouco o Sorex configurou como importante parceiro para a África, quanto o inverso. Os laços de dependência com o ocidente, especialmente as ex-metrópoles, foi a regra (NOLUTSHUNGU, 1985).

A URSS não buscou romper tal estrutura de imediato, adotando uma postura gradualista de reforma da estrutura econômica internacional e uma política econômica externa pragmática. Buscou, por um lado, aglutinar o discurso contra a ordem internacional vigente, hierarquizada, de diferenciação do centro capitalista e da periferia; e de outro, buscou manter ou ampliar relações econômicas com diversos países na África, mesmo os de regimes anti-marxistas (SMITH, 1985).

Houveram diversos parceiros comerciais que, após estabelecidas relações econômicas, mantiveram-se relativamente estáveis, apesar das mudanças de regime. O primeiro passo de estabelecimento de relações foi o mais crítico. As retaliações do ocidente, dada sua preponderância enquanto parceiro comercial da África, dificultavam este primeiro passo. Os principais problemas eram a diminuição de auxílio e comércio ocidental, ou até mesmo a transformação de um pequeno conjunto de relações entre ocidente e o país, em promoção direta da oposição (NOLUTSHUNGU, 1985).

Os movimentos que buscavam o fim do imperialismo na África possuíam uma miríade de projetos e ideais. Buscar uniformizar estes movimentos seria contraproducente. Algumas questões, no entanto, são úteis na explicação das abordagens que a URSS teria em relação aos mesmos. Primeiramente, os movimentos tinham cunho nacionalista, tendo a maioria sido formados reivindicando espaços geográficos similares aos desenhados pelo colonialismo, e com uma identidade “nacional” que seria representativa de diversos povos (DEGER, 1985).

A construção de um “líder” nacional contra o colonialismo também foi bastante difundida entre os grupos. Tal pessoa representaria o equivalente de um guerreiro nobre que liberta seu povo de um inimigo externo, unindo diversas etnias em prol de uma mesma causa.

Houve também uma conexão inevitável com o estrangeiro em busca de inserção no sistema internacional. Seja por auxílio para a construção de aparelhos estatais inteiros, seja pela necessidade de comércio externo e manutenção da produção nacional, o isolamento e a construção solitária de um Estado novo não foi experienciado na África. Os diversos conflitos que culminaram com as independências e a tomada de poder por um grupo determinado foram permeados pela presença de aliados externos apoiando um ou mais grupos em disputa (VISENTINI, 2018).

Por fim, a carestia de modelos de construção de um aparato estatal. Nesta questão, haviam possibilidades reduzidas. As três principais foram a **(i)** herança direta do aparato colonial; **(ii)** a cópia de modelos ocidentais; **(iii)** regimes de inspiração ou orientação marxista (NOLUTSHUNGU, 1985; VISENTINI, 2016; 2018).

Na prática os modelos foram intercambiantes e características de todos estiveram presentes na maioria dos estados africanos, em especial as estruturas hereditárias do colonialismo. No entanto, a busca de modelos alinhados com o Ocidente ou com a URSS mudou a estratégia de inserção destes Estados (VIZENTINI, 2016).

A inserção soviética na África esteve sempre associada ao conflito Leste-Oeste. A prioridade dada pela URSS no tensionamento ou não com o Ocidente foi determinante para sua política externa. Uma das principais bandeiras de integração da URSS com a África foi, justamente, a do anti-imperialismo e a defesa de um reordenamento econômico internacional. Criticando as estruturas Leste-Oeste e Norte-Sul, o país almejou angariar o apoio e a simpatia de diversos líderes africanos, mesmo os oriundos de regimes opositores do comunismo, como Marrocos (SHUBIN e TOKAREV, 2001).

A pressão tácita que a URSS exercia sobre o Ocidente, meramente por existir, também foi bastante utilizada pelos países africanos para barganhar com as potências capitalistas. Melhores posições de diálogo, tanto econômico quanto militar, foram atingidas em diversas negociações pelo receio ocidental de uma expansão soviética (BISSEL, 1981; DEGER, 1985).

### **3.1 GRANDE ESTRATÉGIA OU CRISES ADMINISTRADAS?**

O debate acerca das Grandes Estratégias (GEs) tem sua gênese na necessidade de análise aprofundada dos fenômenos após a 1ª GM. A construção, oriunda do debate acerca da guerra e dos grandes conflitos, se mescla com uma série de outros termos ao longo da história. É com a consolidação das Relações Internacionais, enquanto campo de estudos, no pós 1ª GM, que esta dimensão de debates sobre o termo ganhará destaque (BIDDLE, 2015).

A concepção popular do termo remete a questões militares. Como vencer a guerra? Que tipo de estratégia usar? Qual a melhor zona de ataque? Onde serei atacado? Estas e outras são questões comumente incluídas junto ao termo GE. A visão militar do termo, no entanto, tem uma raiz histórica que o explica.

Inicialmente via-se a necessidade de sistematização de pontos essenciais para a projeção do poder do Estado sobre os demais. Esta sistematização, feita ao redor do mundo por séculos, como em Sun Tzu e Tucídides, remetia essencialmente ao poder de conquista militar. Tal era visto desta maneira porque, de fato, até o século XIX a principal arena de combate era a militar. As questões políticas, econômicas e sociais eram vistas como menores para a questão da projeção de poder. A ausência de conhecimentos mais aprofundados sobre a estruturação do Estado e a estagnação produtiva da economia foram os principais pontos que retiveram o desenvolvimento de debates mais complexos (MARTEL, 2015).

A estratégia era vista, exclusivamente, como método de vitória no campo de batalha sobre um adversário. Utilizando-se Grande Estratégia, os autores remetiam ao conjunto de combates e estratégias de batalhas específicas que compunham uma guerra. É com a

revolução industrial e a ampliação da dimensão de integração nacional, social e militar que outras áreas passaram a ter impactos crescentes na projeção de poder dos Estados (MARTEL, 2015).

A crescente integração global, oriunda da Expansão Ultramarina (séc. XV), foi exemplo disto. já no século XVI haviam guerras de dimensão global, como a Guerra dos Trinta Anos (1568-1648) e a Guerra Luso-Holandesa (1595-1663). A industrialização e a massificação da produção, bem como o crescimento populacional vertiginoso, foram os pilares da Revolução Industrial. Tal se reproduziu na esfera militar e nas relações internacionais. A integração global capitalista e imperialista unificou mercados, sociedades e conflitos. As duas guerras mundiais foram exemplo máximo desta última questão (BIDDLE, 2015).

Os debates passaram então a internalizar cada vez mais elementos constituintes dos Estados como necessários à análise do poder real deles. A partir disto, o desenho do que seria uma Grande Estratégia passou a ser melhor definido. Do ponto de vista bélico, buscou-se acabar com a utilização de estratégia como sinônimo de tática militar. Esta última passou a ser vista nos manuais militares como a menor unidade de análise para movimentação de pequenas unidades, como esquadrões e pelotões. Operações passaram a compreender a movimentação de unidades maiores dentro de um “Teatro Estratégico”<sup>30</sup>. Este envolvia a movimentação e emprego de exércitos inteiros<sup>31</sup>, ou de vários exércitos de uma só vez. Por fim,

...a "Grande Estratégia" identifica e articula os objetivos de segurança de um determinado ator político em um determinado momento e descreve como eles serão alcançados usando uma **combinação** de instrumentos de poder - incluindo instrumentos militares, diplomáticos e econômicos. John Lewis Gaddis descreveu a grande estratégia como “a relação calculada de meios para fins grandes. É sobre como alguém usa o que precisa para chegar aonde quer ir ” (BIDDLE, 2015, p. 5).

Esta definição segue, de certa forma, impregnada com uma visão voltada ao meio militar sobre o termo. Conforme consolidou-se o cenário da Guerra Fria e a multidimensionalidade do conflito Leste-Oeste, buscaram-se incluir nesta análise outras questões para além de um sustentáculo militar.

---

<sup>30</sup> A exemplo do “Teatro Europeu” na 2ª GM.

<sup>31</sup> Comumente a maior unidade militar em períodos de paz.

Utiliza-se, portanto, a visão apresentada por Martel (2015) em seu livro. Esta representa uma abordagem mais condizente com o período analisado, oriunda da maturação do debate após a 2ª GM:

Em suma, na abertura da Segunda Guerra Mundial, o estado industrializado moderno possuía uma gama mais ampla de capacidades, que dependiam mais da sociedade. Como consequência, a grande estratégia adquiriu o significado que tem hoje, que expressa essencialmente o mais alto nível de estratégia, onde todos os tipos de poder nacional são mobilizados para alcançar os mais altos fins políticos do Estado (MARTEL, 2015, tradução própria, p. 25).

Para além disto, busca-se aplicar esta definição em um contexto geograficamente delimitado. Entender a existência de uma GE da URSS para a África envolve a identificação de uma mobilização geral, planejada e deliberada de recursos para o continente em busca de um objetivo. Por tanto, há de se expressar **(i)** um objetivo deliberado soviético para expandir sua presença no continente; e **(ii)** a deliberada busca de canalizar recursos nacionais, se não na sua totalidade, em grandes volumes, para conquistar tal objetivo (MARTEL, 2015).

Em um primeiro momento a resposta para tais questões parece ser claramente negativa sobre a existência de um GE soviética para a África. O país teve pouca presença no continente pela maior parte da Guerra Fria. Outras regiões, como a Europa Oriental, o Leste Asiático e o Oriente Médio, tiveram prioridades mais facilmente identificadas. Ademais, a política do país para o continente é apresentada como oportunística.

A alternativa a uma GE para o continente seria então, o manejo de crises, chamadas aqui de Crises Administradas, *ad hoc* pelo país. O país poderia então, possuir uma política abrangente para o continente, mas que não envolvesse comprometimento com a mobilização geral de recursos para um objetivo maior. Estabelecer, também, objetivos menores, voltados para países específicos ou regiões. Por fim, utilizaria destes para atuar quando surgissem mudanças casuísticas da situação nestes países e regiões, como revoltas, revoluções, guerras e eleições favoráveis.

A URSS parece ter apresentado uma abordagem mais ou menos estável para o continente ao longo da sua história, abrangente e direcionada. Como já mencionado, condicionou sua atuação com o conflito Leste-Oeste, o que limitou sua atuação. Ademais, as

mudanças no padrão de inserção internacional da própria URSS foram fundamentais para sua relação com o continente (SMITH, 2015; ALBRECHT, 1983).

No período de consolidação da revolução soviética até a morte de Stalin (1953), o país adotou uma estratégia de construção endógena de capacidades. O socialismo num só país moldou e gerou a síntese da superpotência soviética. No entanto, o pós-guerra foi marcado pela reconstrução tanto na URSS quanto no seu entorno. A necessidade soviética de evitar a confrontação levou o país a não encorajar movimentos de libertação nacional no imediato pós-guerra (SOMERVILLE, 1993).

Por um lado, não se tinha a visão de que estes poderiam imediatamente construir um esforço suficiente para sua emancipação. Estimulou-se, então, a constituição de ferramentas mais abrangentes de mobilização, para além de apenas grupos comunistas. Frentes amplas foram criadas com o apoio do DI, do MRE e da KGB. Tais esforços incipientes careceram de amplitude e adesão social, mas permitiram um contato inicial com a ideia de frentes de libertação nacional. Estas frentes envolviam os mais diversos grupos, desde nacionalistas, anti-imperialistas, comunistas e conservadores. O eco principal destes com a URSS era o esforço anti-imperialista. A construção dessas frentes perpassou a ideia de que a pequeno-burguesia africana poderia vir a permitir ou estruturar, junto a outros movimentos, uma aliança operário-campesina anti-imperialista. Para além disso, internamente o PCUS resguardava a população de um possível novo confronto direto, enquanto defendia a pauta anti-imperialista (STALIN, 1926; NOLUTSHUNGU, 1985).

Portanto, até o fim do governo Stalin o acesso da URSS ao continente africano era bastante raro e indireto. Dependiam de estudos ocidentais, testemunhos de membros dos movimentos que iam para a URSS e, o mais importante, o contato com os partidos comunistas aliados Portugal e França principalmente. Internamente, os órgãos mais internacionalizados como o DI e o MRE, no entanto, crescentemente passaram a endossar uma política de projeção e ampliação da atuação soviética no mundo (DREW, 2014).

O DI passou a promover a inserção e nucleação de atividades em diversos países, mas sem um caráter de construção da revolução. O intercâmbio de pessoal dos partidos e do setor militar para a URSS teve um incremento exponencial no imediato pós-guerra.. Dezenas de milhares de africanos foram à URSS para estudar em universidades e centros militares. A nucleação em determinado país incrementava a logística soviética para os demais países. Isto

permitiu uma ampliação do contato soviético sem demonstrar para o Ocidente uma busca agressiva por ampliar sua participação na África (ALEXANDER; MCGREGOR, 2017).

Com o governo Krushov e a conclusão da reconstrução do campo socialista, o país conseguiu maior autonomia de atuação. A propagação de diversos movimentos de libertação pelo continente, muitos constituídos por africanos que tiveram contato com a URSS, ampliou as possibilidades de atuação. Concomitante a isto, buscou-se adaptar os debates soviéticos e a abordagem do país para o continente (DEGER, 1985).

Entre 1953 e 1959 o país passa a expandir seus laços comerciais, políticos e militares com o Oriente Médio, com a Ásia e modestamente com a África Subsaariana. Entre 1959 e 1964 essa abordagem se intensifica, culminando no período de maior assertividade e aventurismo da política externa soviética. Tal padrão possui origens em mudanças chave no sistema internacional (NOLUTSHUNGU, 1985).

Em 1953 ocorre o armistício da Coréia. Tal permitiu o deslocamento da produção bélica, incrementada pelo risco de uma possível confrontação com o Ocidente na península, para outros esforços. A narrativa construída pela URSS é a de apoio à correção da injusta divisão da península, oriunda das políticas da 2ª GM, de cunho imperialista. Esta narrativa, construída com base no considerável apoio do governo soviético ao esforço norte-coreano, foi bem recebida pelos movimentos de libertação ao redor do globo. Ademais, a política de reestruturação econômica de Krushov, relatada no capítulo um, é otimista em resultados e as projeções são de um crescente estoque disponível para utilização (SMITH, 1985; NOLUTSHUNGU, 1985).

A agudização do conflito Árabe-Israelense leva a um tensionamento crescente da URSS com o Ocidente. Antes da Guerra de Suez (1956), não havia uma estrutura clara de apoio externo para nenhum dos lados. Os árabes possuíam muito contato com o Ocidente, dado seu passado colonial ou semicolonial. Israel possuía simpatia pelos ideais socialistas. Após a guerra, no entanto, URSS e EUA reduzem o papel da França e do Reino Unido na região, gerando uma polarização mais aguda entre ambos. Os EUA se comprometem na defesa e auxílio aos sionistas, enquanto a URSS passou a ter relações mais profundas com os países árabes.

Apesar de buscar uma “coexistência pacífica” com o Ocidente, como preconizado por Krushov, percebe-se uma competição crescente com os EUA. A estrutura internacional constringia a própria existência da URSS, mesmo com tal postura. O chamado

“revisonismo” krusheviano gerou tensões crescentes com países como a R.P.C., levando, no fim da década de 50, ao cisma sino-soviético. Esta competição dupla, então, com a China de Mao e com os EUA, auxiliou no período de ainda maior assertividade da presença soviética na África (PEREIRA; VISENTINI; RIBEIRO, 2007).

Tal durará até o final do governo Krushov, com tensionamentos crescentes que culminam na Crise dos Mísseis de Cuba (1963). A derrota diplomática soviética ao recuar na questão, muito embora tenha tido reciprocidade na retirada dos armamentos dos EUA da Turquia, sinalizou um limite claro da URSS para com o 3º Mundo. A insatisfação interna pelas reformas mal sucedidas e desordenadas aglutinou-se com a insatisfação no manejo externo. Em 1964 o premiê é retirado do cargo, e é substituído por Brejnev (SEGRILLO, 2000a).

A política adotada passa, então, a estabilizar as tensões internas à própria URSS. Restaura-se uma estrutura produtiva organizada centralmente, como já descrito. Para além disto, a política de quadros estáveis se consolida, dando maior previsibilidade na alocação de pessoal no governo e no partido. Isto leva ao estabelecimento de relações bastante próximas entre os indivíduos no exterior e os agentes soviéticos (HALLIDAY, 1983).

Ademais, busca-se uma política de distensão com o Ocidente, conhecida como Détente. Não cabe analisar profundamente tal processo, no entanto, observa-se uma predisposição tanto da URSS quanto dos EUA para reordenar seus campos internos no período. A década de 70 será marcada por sucessivas crises políticas e econômicas, em especial os dois choques do petróleo, respectivamente, 1973 e 1979 (SMITH, 1985).

Estas mudanças na estrutura econômica internacional e na recomposição dos campos em disputa leva a adaptação soviética na sua inserção no continente africano. O modelo produtivo baseado na expansão extensiva da economia, baseada em recursos naturais e no mercado de alta tecnologia chega ao seu limite. Os gargalos produtivos oriundos do Departamentalismo geram um problema grave e crescente na produção de bens intermediários e de capital (SMITH, 1985).

Por sua vez, a URSS passa a recorrer a importação de maquinários e bens intermediários, grande parte do Ocidente, para manter sua produtividade competitiva com os produtos ocidentais. Ademais, as restrições impostas pelo ocidente, via embargos, muitas vezes dificultavam a obtenção de maquinário necessário à produção endógena de materiais básicos, em especial para extração de commodities. Isto forçava a URSS a importar

commodities, em especial do 3º Mundo, para manter a produção. Outro fator que corroborava esta importação de commodities era o baixo custo destas no 3º Mundo, mais competitivos que sua produção doméstica (SMITH, 1985).

A importação de produtos básicos e intermediários para manter a competitividade final da sua produção passou a ser uma realidade crescente. Isto ocasionou déficits importantes e estruturais da economia soviética no estrangeiro, em especial com o Ocidente. Os mecanismos de financiamento disto foram diversos, mas os mais comuns foram o comércio compensado de manufaturas e armamentos com o 3º mundo e as trocas em moedas fortes, especialmente o dólar (DEGER, 1985).

A URSS não possuía acesso a grande parte dos mercados de financiamento internacional. Para conseguir dólares o seu meio mais abundante seria através do comércio. No entanto, esta sustentava, como já mencionado, um déficit com o Ocidente. Recorria, então, ao comércio de bens com os países do 3º Mundo, que, por sua vez, conseguiam dólares através de endividamentos, doações e comércio com o Ocidente (DEGER, 1985).

A estrutura de comércio desigual do Ocidente com o 3º Mundo, em especial com os países nascentes, foi dura com os termos de troca nestas relações comerciais. O padrão foi o de vantagens grandes no comércio por parte do Ocidente. Os países subdesenvolvidos, então, acumularam poucas reservas de moeda conversível com este tipo de comércio, logo a potencialidade de financiamento da URSS com estes era baixa. Mesmo assim, durante a década de 70, as relações econômicas com o 3º Mundo, e com a África em especial, mudaram de um padrão predominante de ajuda externa e comércio compensado, para comércio em dólares. Especial destaque nesta questão foram os petrodólares<sup>32</sup> oriundos da OPEP (DEGER, 1985).

O comércio compensado seguiu no caminho inverso ao do comércio em moedas conversíveis. As dificuldades de se fazer comércio com o Ocidente foram crescentes. A URSS, então, buscou firmar contratos com contrapartida direta de produtos. Os principais derivaram de minérios e pedras preciosas, e de hidrocarbonetos (Petróleo e Gás especialmente). Estes destinados especialmente à Europa Ocidental. Datam desta época a construção de grande parte dos oleodutos e gasodutos conectando o território atualmente pertencente à Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, à Europa Ocidental (SMITH, 1985).

---

<sup>32</sup> Dólares, ativos em dólar, títulos, ou derivativos oriundos da exportação de petróleo, comumente reinvestidos nas economias centrais por meio do setor financeiro.

Concernente ao continente africano, os principais eventos da década serão o colapso do Império Português, a partir da Revolução dos Cravos (1974), a Revolução Etíope (1974) e a mudança geral em relação ao apartheid. Ademais, atinge-se o auge da presença soviética no continente, com ao menos 21 países recebendo transferências diretas de armamento por parte da URSS, e quase todos os países tendo algum tipo de laço comercial (PEREIRA; VISENTINI; RIBEIRO, 2007).

O estabelecimento destas relações foi operado a partir da expansão das redes de contatos, como descrito anteriormente. O efeito de transbordamento destas relações de um país para outro levou ao rápido crescimento destas, tanto em número, quanto na profundidade. O período foi propício para tal pelo reordenamento internacional experienciado (SMITH, 1985).

A trajetória do estabelecimento pode ser descrita pela inserção inicial de operadores num determinado país. Tal era resultante de uma política deliberada de aproveitamento de espaços disponíveis, mas de maneira não conflitiva. Portanto, operava-se a partir de pontes seguras de contato e em territórios com menor tensionamento com forças ocidentais. A partir disso construiu-se uma posição de oferecimento passivo de uma alternativa aos grupos locais para assuntos externos. Tal foi semeada ainda na década de 60. Mas são nos anos 70 que as oportunidades de inserção se mostram mais propícias (DREW, 2014; NOLUTSHUNGU, 1985).

As diversas crises sucessivas, tanto armadas, quanto econômicas, elevaram as demandas por suporte ao redor do globo. A incapacidade do Ocidente de tratar com velocidade e eficiência estas crises permitiu o deslocamento de diversos governos para o auxílio soviético. Como já explicado, a inércia do modelo soviético, tanto produtivo quanto das operações políticas, permitiu o rápido fornecimento de auxílios externos para o continente. Uma alternativa viável de contacto com o estrangeiro, com pouca alternativa por parte do Ocidente (DEGER, 1985).

A questão do apartheid, durante a década, foi atraindo cada vez mais esforços dentro do continente africano para o seu combate. O eco panafricanista e a presença soviética foram consoantes, facilitando as relações. A resposta ocidental tardou a falhar e não foi até os anos 80 que se consolidou um movimento internacional forte contra o regime. No entanto, já na década de 70 o Ocidente passou de uma posição favorável ao regime sul-africano para uma

posição neutra ou até de hostilidade implícita (PEREIRA;VISENTINI; RIBEIRO, 2007; FILATOVA, 2015).

As revoluções Angolana e Etíope, por sua vez, tiveram escopo singular dentre as demais ao redor do globo. Primeiramente, ambas tiveram uma dimensão mais profunda, tanto do ponto de vista de construção dos Estados nacionais, quanto do ponto de vista de demandas materiais. O número de soldados e oficiais soviéticos em ambos foi extraordinariamente alto, mais de 15 mil efetivos operando. Tais números só foram superados pela presença soviética no Pacto de Varsóvia e na Intervenção Soviética no Afeganistão (1979), ambas operações contíguas ao território Soviético. As operações na África foram, portanto, um desafio logístico bastante incomum para a URSS, que sequer contava com uma marinha desenvolvida aos moldes da estadunidense, com capacidade de grandes operações ultramar (BISSEL, 1981).

Em segundo lugar, ambas tiveram fortes intervenções externas de países limítrofes, com capacidades consideráveis. No caso Etíope, a Somália havia passado por um programa geral de reequipamento por parte da própria URSS entre 1970 e 1976. Ademais, contava com o apoio de grande parte da população da Província de Ogaden<sup>33</sup>. O Sudão, também com posição historicamente hostil à Etiópia, tensionou por diversos momentos o país, ameaçando invasões, apoiando rebeldes e fazendo exercícios na fronteira. Já em Angola, a intervenção direta da África do Sul, à época o exército mais efetivo da África, e o apoio da Rodésia e do Congo contra o MPLA escalonaram o conflito de maneira inusitada (PEREIRA;VISENTINI; RIBEIRO, 2007).

Para além destes casos, o continente africano se viu mergulhado em conflitos e transformações profundas neste período. Os acordos de Camp David mudaram a relação Árabe-Israelense e a perda do Egito como aliado estratégico para a URSS na África foi determinante para as novas iniciativas do país. Outros países passaram por conflitos interestatais ou por revoltas internas e golpes de Estado. As relações com o continente foram, portanto, bastante mutáveis e dispersas (DEGER, 1985).

Houve uma mudança importante no padrão geral de interação soviética com o continente. Por um lado, sua presença se ampliou em todos os níveis, político, econômico e militar. Do outro lado, a mudança careceu de bases profundas para a consolidação da URSS

---

<sup>33</sup> Província Oriental da Etiópia que faz divisa com a Somália. A maior parte da população local é de descendência Somali, o que motivou a invasão por parte deste país, em 1977, com razões de anexação.

no continente. A degradação crescente do setor externo da economia soviética e a volatilidade no continente africano dificultaram tal integração (SMITH, 1985).

Por fim, o que estas questões ressaltam é que o que ligava a URSS à África foi menos um plano estratégico construído e deliberado, e mais um desejo difuso de inserção e auxílio ao continente. Tal pode ser visto tanto pela incapacidade logística e material de competir com o Ocidente, ou pela carência de prioridade dada ao continente vis-a-vis outras questões, como o conflito Leste-Oeste. Não obstante, por diversas vezes, crises profundas se estabeleceram, oportunidades foram aproveitadas e a URSS atingiu sua posição de maior amplitude no continente na década de 70 (NOLUTSHUNGU, 1985).

Apesar dos desafios, a década de 70 ainda foi permissiva à atuação soviética. A década seguinte, no entanto, viu agudizarem-se as pressões externas e as limitações do país, provocando reformas internas e a retração soviética na África. As contradições apresentadas por este padrão de interação e pela ausência de solidez, somados ao voluntarismo e à necessidade de se apresentar enquanto superpotência e enquanto socialista, foram essenciais para as dinâmicas aqui apresentadas. O exame regional destas questões é essencial para que se compreendam melhor quais foram os limitantes e os obstáculos das relações URSS-África.

#### 4. A PRESENÇA SOVIÉTICA NA ÁFRICA

As diferentes oportunidades de inserção da URSS na África e as restrições envolvidas nestas oportunidades geraram resultados e processos bastante diversos pelo continente. Na presente seção busca-se descrever, de maneira geral, as estratégias e opções adotadas pela URSS nas regiões africanas.

Qualquer aglutinação de países inevitavelmente irá suprimir a leitura de certos fenômenos transregionais, em especial os de caráter transnacional em países limítrofes. No entanto, dada a opção por uma visão mais abrangente dos processos de inserção à nível regional, far-se-ão considerações, quando couber, acerca destes fenômenos. A divisão adotada foi a da União Africana<sup>34</sup>. Pela divisão haveriam 5 regiões continentais, África do Norte, África Austral, África Ocidental, África Oriental e África Central.

Para analisarmos estas regiões, buscou-se entender as dinâmicas regionais, especialmente as da área securitária e política. Processos entendidos como essenciais a estas dinâmicas são ressaltados e a narrativa em perspectiva histórica permite entender a evolução dialética destes processos.

##### 4.1 ÁFRICA OCIDENTAL

A África Ocidental foi o primeiro ponto de inserção da URSS na África Subsaariana. Tal deriva do processo antecipado de descolonização em Gana (1957) e na Guiné (1958). Ambos os regimes, comandados por radicais sem inspiração marxista, foram saudados por Krushov.

Em Gana a URSS não conseguiu, inicialmente, estabelecer contatos mais profundos. Muito embora o presidente Nkrumah fosse profundamente anti-imperialista e tivesse simpatia pelo socialismo, os laços do país com o Reino Unido ainda eram muito fortes. Buscou, então, uma posição neutra, muito embora sofrendo com as pressões ocidentais (IANDOLO, 2012).

Já na Guiné, com o presidente Touré, a posição era diferente. Tendo perfil de esquerda, ainda que não marxista, e uma forte rejeição ao colonialismo francês, aproveitou as sanções impostas pela França quando da independência para se aproximar da URSS. A União Soviética, concomitantemente, construiu internamente a ideia do “modelo socialista de desenvolvimento”. Os pilares deste seriam:

---

<sup>34</sup> Para consultar a lista completa de países por região, consultar o Apêndice 1.

Em primeiro lugar, esforçando-se por criar uma agricultura moderna e mecanizada, baseada em fazendas coletivas e estatais, seguida de investimentos direcionados à criação de infraestrutura e plantas industriais. Finalmente, no Terceiro Mundo, a indústria nascente teve que ser protegida limitando estritamente a presença de capital estrangeiro e nacionalizando as empresas existentes: o Estado deveria ser o único mecanismo de crescimento (IANDOLO, 2012, p. 692, tradução nossa).

Este foi o caminho pelo qual a URSS buscou inserir-se nesses Estados novos naquele momento. O comprometimento unilateral da URSS com a Guiné gerou frutos percebidos por Gana, que não obteve o mesmo tipo de auxílio do Ocidente. Neste momento ambos se voltaram para a URSS até o conflito na RDC eclodir em 1960. A URSS buscou auxiliar na RDC, o que gerou grande apreço por toda a África, especialmente em Gana e Guiné. No entanto, a falta de capacidades e a forte intervenção do Ocidente na questão demonstraram a debilidade da inserção soviética (IANDOLO, 2012).

A partir do recuo na RDC, as relações de inserção na África Ocidental minguaram. Os governos da Guiné e de Gana, exemplos de libertação para o resto da África, passaram a tratar a URSS com desconfiança. Concomitantemente, a URSS passou a adotar práticas com mais contrapartidas, abandonando o voluntarismo. Com a queda de Krushov, encerra-se o período do “modelo socialista de desenvolvimento” na região. A retração soviética irradiou aos demais países (IANDOLO, 2012).

A região, logo após o promissor levante de Gana e Guiné, será marcada pela instabilidade política e sucessivos golpes de Estado em quase todos os países até o final dos anos 70. Esta instabilidade, provocada e somada à intervenção estrangeira frequente nestes países, demonstrou-se terreno difícil para as operações soviéticas.

No caso dos países do Sahel<sup>35</sup>, limítrofes ao Norte da África, como Chade, Mali, Níger, e em menor grau impactando todos os países da região, a URSS buscou o comércio bilateral de menor compromisso. Em alguns casos, utilizou-se do comércio compensado de armas em troca de moeda conversível (SIPRI, 2019). Para além disso, transferiu parte da

---

<sup>35</sup> Região ao Sul do Saara. Comumente utilizada como divisor entre a África Saariana e a África Subsaariana.

tarefa de inserção para países do bloco socialista, como a Tchecoslováquia na Guiné e em Burkina Faso, e a Alemanha Oriental na Guiné-Bissau (BIENEN, 1982).

Questão pendente na região foram as intervenções oriundas do Norte da África. Estas tornaram certos conflitos simbióticos da inserção soviética nas duas regiões. A constante intervenção Líbia no Chade, por exemplo, impossibilitou o início de contatos entre este último e a URSS, dada a aliança soviética com Kadafi, presidente líbio. Outro exemplo foi a tensão argelina com o Mali e com o Níger (BIENEN, 1982).

Esta política de baixo perfil permaneceu pelo resto da Guerra fria, excetuando-se duas questões. A primeira delas foi, ainda que pontual, uma venda grande (acima de 300 milhões de dólares) de aeronaves para a Nigéria em 1975. A segunda, foram os governos reivindicados marxistas na Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Burkina Faso e Benin (SIPRI, 2019; VISENTINI et al. 2013).

A questão nigeriana destoa das demais por ser um país com fortes ligações neocoloniais oriundas do petróleo. Os diversos golpes de Estado perpetrados pelos militares do país não demonstraram perspectiva socialista. Ao contrário, com grande parte, senão todos os altos oficiais foram treinados no Reino Unido e nutriam forte anticomunismo. No entanto, após o golpe de 1975, o general Murtala Mohammed realizou a compra de 150 MIG-21. Logo após, no entanto, a visão austericida de Mohammed e seu posterior assassinato levaram à revisão do acordo. No entanto, ao menos 21 aeronaves chegaram a ser entregues (SIPRI, 2019; JACKSON, 2007).

A URSS usou esta inserção para buscar incidir nos demais países por meio de acordos tripartites. Auxiliou na construção civil, em especial na infraestrutura petrolífera. Como já mencionado, a URSS participava da gestão e execução dos projetos, financiando, conjuntamente, com o Ocidente. Tal ocorreu, sabidamente, nos casos da Nigéria, Gana e Guiné (SMITH, 1985).

Quanto à questão dos regimes marxistas autoproclamados na África Ocidental, iniciamos por Benin. Em 1972 um grupo de oficiais toma o poder e, dois anos mais tarde, adota o marxismo-leninismo como ideologia de Estado. Fundam como partido o Partido Revolucionário do Povo do Benin (PRPB). A presença soviética foi limitada a algumas poucas vendas de armas leves e acordos tripartites em oleodutos. No entanto, o regime sofreu diversas pressões internacionais, como a intervenção de mercenários estrangeiros, financiados pela França, Marrocos e Gabão, e a expulsão de migrantes pela Nigéria em 1984. A

degradação das condições internacionais no fim dos anos 80 e a baixa presença soviética fizeram o país reformar seu sistema em prol do neoliberalismo (ALLEN, 1989; SIPRI, 2019; VISENTINI et al., 2013).

No caso de Burkina Faso, Thomas Sankara, jovem oficial do exército, tomou o poder em 1983. Marxista declarado, buscou seguir um modelo de desenvolvimento similar ao cubano. O auxílio internacional, no entanto, era escasso. A URSS estava envolvida no Afeganistão e o conflito angolano tornava-se mais duro. Tanto a URSS quanto Cuba estavam com recursos escassos. Em 1987, com o assassinato de Sankara, algumas pautas permaneceram, mas as dificuldades financeiras levaram a reformas que desconfiguraram o Estado de Burkina Faso (VISENTINI et. al., 2013).

Por fim, a questão de Guiné-Bissau e Cabo-Verde é diferente dos demais casos de regimes marxistas por possuir um partido multi-nacional, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A Guiné-Bissau conseguiu, *de facto*, sua independência em 1973, e Cabo Verde dois anos depois. No entanto, as facções internas do PAIGC em ambos os países eram bem distintas (VISENTINI et. al, 2013).

Ambos os países adotaram, apesar dos governos marxistas, o não-alinhamento. Isto deve-se à posição estratégica de Cabo Verde, que temia sofrer uma intervenção direta da OTAN, e dos laços mais estreitos da Guiné-Bissau com Portugal. Cabo Verde cooperou mais com os países socialistas, com diversos intercâmbios de pessoal, civil e militar. Tal era necessário para a formação de quadros no país recém criado. Já a Guiné-Bissau manteve-se distante da URSS durante toda a sua existência (VISENTINI et. al, 2013).

Após a cisão do PAIGC em 1980 e o colapso da iniciativa de integração, a Guiné-Bissau aproximou-se ainda mais do Ocidente e, progressivamente, abandonou os ideais marxistas e socialistas. Já Cabo Verde manteve o planejamento central e a política marxista até 1990. Às vésperas do colapso soviético o país reformou a constituição e adotou um modelo liberal de governo (VISENTINI et. al, 2013).

## 4.2 ÁFRICA CENTRAL

A região central africana é caracterizada por possuir um Estado, a República Democrática do Congo (RDC), desproporcionalmente muito maior e mais populoso que os demais. O tamanho, populacional e geográfico, do país colocam-no na centralidade das

relações intra-regionais, mas também impactam a nível continental, como visto nos casos de Gana e Guiné.

A independência da RDC e do Congo-Brazzaville, em 1960, foram importantes em dois aspectos: fatores materiais, dado o tamanho do território e da população, e do ponto de vista simbólico, pela libertação de uma região historicamente dominada pelo tráfico de escravos e pela exploração colonial. A ascensão de Lumumba, líder de esquerda na RDC, alvoroçou o continente pelas suas visões anti-imperialistas e pan-africanistas (WEISSMAN, 2016)..

O apoio soviético à Lumumba, no conflito com o Ocidente, foi quase que exclusivamente diplomático e por meio das instâncias formais. A URSS não possuía uma marinha de águas azuis nem capacidade aérea para aventar um auxílio mais estruturado, do ponto de vista militar, para assegurar a manutenção do governo popular da RDC. A falta de apoio levou à derrocada de Lumumba e sua execução, em 1961 (WEISSMAN, 2016).

A eclosão da Revolta dos Simbas (1963), no nordeste do país, foi outro ponto que permitiu o auxílio soviético. Revoltosos, com ideias similares ao marxismo, buscaram combater a intervenção externa e o governo pró-ocidental da província de Katanga. No entanto, a baixa capacidade soviética seguiu como empecilho. Alguns oficiais cubanos, incluindo Che Guevara, atuaram, em conjunto com soviéticos, como instrutores e auxiliares. A cifra não monta uma centena, o que não configura uma perspectiva real de auxílio que permitisse organizar a luta. O fim da revolta em 1965 marcou a ausência de uma força clara a ser apoiada, marcando um retrocesso da política soviética para o país (MAZOV, 2007).

Já no Congo, país limítrofe, logo no início da independência seguiu um caminho diferente. Com a eleição de Alphonse Massamba-Débat, em 1963, a África teve seu primeiro chefe de estado declaradamente marxista. A partir disso consolidou-se um partido marxista e um regime socialista no país. Foi um dos mais longevos, durando até 1992. A presença soviética foi constante, ainda que modesta. Premido entre o Zaire<sup>36</sup> e Gabão, dois países pró-ocidentais, buscou o auxílio externo, mas evitou um comprometimento automático com o bloco socialista.

Serviu como base para as operações, principalmente aéreas, da URSS em todo o continente, em especial na Campanha de Angola. A postura soviética foi de cautela após a

---

<sup>36</sup> Nome adotado pelo regime pró-ocidental da República Democrática do Congo sob o governo de Mobutu, até 1997.

intervenção ocidental da RDC. A dissolução do Estado congolês colocou tanto a URSS quanto o ocidente em alerta sobre novas iniciativas de mesma escala. Para além da cooperação militar logística, alguns oficiais soviéticos treinaram forças congoleesas, bem como civis soviéticos auxiliaram na construção do Estado. Investimentos da URSS, alguns em acordos tripartites com a França, na área de petróleo e indústria petrolífera foram fundamentais para a consolidação do país (SHUBIN; TOKAREV, 2007).

Apesar de um padrão de inserção internacional bastante estável, o país sofreu diversos golpes de Estado. Nenhum deles, no entanto, mudou a trajetória socialista do Partido dos Trabalhadores Congolezes, nem do país, que seguiu alinhado com a URSS. Esta não apoiou nem combateu as sucessivas instabilidades domésticas, deixando para o partido congolês resolver internamente as questões. Este padrão durou até o fim da Guerra Fria (RADU; SOMMERVILLE, 1989).

Outro Estado relevante nesta questão foi o de Uganda. Fortemente militarizado e com um exército efetivo, número e relativamente bem treinado, interferiu diretamente nos países vizinhos durante grande parte da Guerra Fria. O regime, com forte presença militar, passou a ter contato com os soviéticos na segunda metade dos anos 60. Em 68 ocorre o primeiro intercâmbio de pessoal e pequenos armamentos. Alguns assessores soviéticos foram enviados ao país para auxiliar no treinamento das tropas ugandenses (KLOSE, 1979; SIPRI, 2019).

No entanto, é no regime de Idi Amin, que assume em 1971, que uma relação mais consolidada se estabelece. O apoio líbio ao regime de Amin, o combate às forças pró-ocidentais da Tanzânia, e a contraposição à parte dos rebeldes no Congo aproximou a URSS da questão. A venda de equipamentos passou a ser mais regular e incrementou-se o número de oficiais. No entanto, dado o tamanho das forças ugandenses, dificilmente o auxílio soviético tenha sido suficiente para reformar as forças ugandeses (KLOSE, 1979; SIPRI, 2019).

O papel desempenhado pela URSS em Uganda foi marcado pela assessoria em questões políticas, muito pela rede de contatos que derivou de Uganda para os demais países, do que uma política de intervenção e prospecção de oportunidades. Os oficiais tiveram caráter consultivo estratégico, mais do que de operação (KLOSE, 1979).

Na questão da Guiné-Equatorial, a URSS parece ter tido sucesso relativo em estabelecer contatos através do DI com os movimentos de libertação do país ainda antes da independência do país, em 1968. Em parte pela debilidade institucional local, ex-colônia

espanhola, e com movimentos de esquerda fortes nas proximidades, como no Congo, na RDC, Gana e Guiné, o país logo foi influenciado pela política soviética (BRAYTON, 1979).

A URSS buscou influenciar o país por diversas formas. As principais foram os apoios diplomáticos e doações de armamentos velhos. O presidente Francisco Macías Nguema, apesar de construir um partido de extrema-esquerda socialista, e um regime que, de 1968 a 1979, era identificado como de esquerda, nunca alinhou-se com o bloco socialista. Permanecendo na neutralidade, buscou manter o país livre de intervenções estrangeiras (BRAYTON, 1979).

Paradoxalmente, copiou uma série de modelos organizacionais e da política soviética. Construiu o Partido dos Trabalhadores Unidos da Guiné-Equatorial, com estrutura semelhante ao PCUS. Discursivamente parecia se alinhar com ideais socialistas, mas sempre negou o marxismo e a URSS como modelos para o próprio país. A postura soviética foi tangencial em relação ao país, auxiliando com a doação de alguns armamentos, ou trocando-os por produtos básicos, mas com baixas transações entre ambos. A maior parte do comércio da Guiné-Equatorial era com o ocidente e, apesar de estar em uma posição estratégica no Golfo da Guiné, quando a marinha soviética atingiu capacidade de operação para aproveitar a região, já haviam portos mais acessíveis como Angola e São Tomé e Príncipe (BRAYTON, 1979).

Outro país na região que foi impactado, mas de maneira indireta, pela inserção soviética foi o Chade. A URSS buscou estabelecer contatos com o Chade através especialmente da Líbia e do MRE. No entanto, o atrito histórico entre a Líbia e o Chade obrigaram a URSS a se posicionar ao lado do seu aliado mais consolidado que era a Líbia durante toda a Guerra Fria. Os contatos com o país, então, foram bastante incipientes e protocolares, não configurando uma inserção real, apesar de alguns analistas internacionais entenderem que houve uma tentativa, por parte da URSS, de criar um núcleo marxista no país (BRAYTON, 1979).

Por fim, São Tomé e Príncipe, menor país de língua portuguesa, teve pouca inserção internacional na Guerra Fria. Sua independência foi conquistada em 1975 pelo Movimento pela Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), grupo guerrilheiro marxista. Após tomar o poder, com uma política neutralista, teve pouco destaque para o bloco socialista e para o bloco capitalista. Permaneceu sem interferência externa até 1990, quando reformou o sistema, para o multipartidarismo. A presença soviética no país se limitou a um pequeno comércio bilateral

em moeda forte ou em comércio compensado de equipamentos militares leves (VISENTINI et al. 2013).

### **4.3 ÁFRICA ORIENTAL**

Dois aspectos principais norteiam a problemática envolvendo a região da África Oriental e sua inserção no sistema internacional. A primeira envolve a região densamente povoada da Etiópia, uma das maiores populações do continente. Tal região também abriga parte das nascentes que abastecem a bacia hídrica do Rio Nilo. A outra questão estratégica é o Chifre da África. A região está inserida na rota direta Oceano Índico-Mar Vermelho-Mar Mediterrâneo. Esta permite a inserção estratégica tanto no Oriente Médio, quanto no canal de Suez e no Mar Vermelho.

A presença soviética na região inicia-se pelo Egito, com Nasser. A construção da represa de Assuã no alto Nilo permitiu a penetração de milhares de oficiais soviéticos na região próxima à Etiópia. Conhecendo o terreno e construindo o que, à época, era um dos maiores projetos de engenharia hídrica no mundo, a URSS conseguiu penetrar na região com bastante êxito (GROMYKO, 1980).

A relação da URSS com o governo Haile Selassie (1941-1974), rei da Etiópia, era bastante promissora. Tal devia à denúncia feita pela URSS, ainda na Liga das Nações, sobre a agressão italiana ao território etíope. Ligações passadas com o Império Russo também foram utilizadas para estabelecer um intercâmbio cultural, acadêmico e militar. No entanto, o governo conservador de Selassie não permitiu um avanço progressivo para a construção de uma política bilateral com o país (GROMYKO, 1980).

As missões que auxiliaram na construção da represa de Assuã incomodaram o governo etíope pela possibilidade de controle hídrico à jusante por parte do Egito, controlando as cheias à montante. O intercâmbio soviético foi fundamental para o apaziguamento, fornecendo informações para os etíopes como moeda de troca (CIA, 1983).

Foi com a Somália, no entanto, que a URSS conseguiu seu primeiro aliado estratégico na região. Após um golpe, em 1969, que colocou Siad Barre no controle do país, um extenso programa de reformas foi colocado em prática para modernizar o país. Inspirando-se no potencial modernizante da ideologia marxista. Por meio do Conselho Revolucionário Supremo, buscaram manter algumas estruturas tradicionais ligadas ao Islã e à Cultura Somali, em especial a divisão de clãs (LYONS, 1978).

No entanto, as necessidades de integração nacional de um país que fora dividido pelo colonialismo e que buscava se modernizar, levou a uma incipiente reforma agrária e a busca de parceiros internacionais. Barre contactou a URSS em busca de apoio, que foi atendido por meio do Tratado de Amizade e Cooperação Somali-Soviético (1970). Um extenso programa de intercâmbio técnico foi iniciado. Reformaram-se bases navais, ao menos 1500 oficiais soviéticos passaram a reformar o exército somali e alguns projetos de infraestrutura de menor porte. É no provimento de material bélico em troca de acesso às bases do Mar Vermelho que se firmaram os principais pilares da cooperação (CIA, 1983).

Para além disto, a URSS buscou esvaziar a iniciativa somali-sudanesa de enfraquecer o Estado etíope visando partilhar o território. Por diversas vezes utilizou da sua inserção na Somália para mitigar tais iniciativas. Quando ocorre a Revolução Etíope (1974), a URSS passa a auxiliar o jovem governo do DERG, liderado por Mengistu Haile Mariam. Com a debilidade Etíope, a Somália decide invadir o país tentando anexar os territórios povoados por somalis ao longo da fronteira. A chamada Guerra de Ogaden (1977-1978) provocou fortes críticas da URSS, que exigiu o retrocesso das forças somalis. Com a negativa, passou abertamente para o lado etíope (TAREKE, 2000).

Realizando uma das maiores pontes aéreas da história, carregando cerca de 1 bilhão de dólares em equipamentos para a Etiópia em pouco menos de 1 mês, o país auxiliou no esforço de reconstruir a capacidade de mobilização das forças etíopes. Ademais, quando da expulsão dos agentes soviéticos na Somália e o rompimento de relações, utilizou tais agentes no lado Etíope, dados os seus conhecimentos das forças armadas somalis (TAREKE, 2000).

O apoio soviético foi fundamental para o traslado de cerca de 1.5 mil assessores alemães orientais, cerca de 18 mil cubanos e 2 mil sul-iemenitas, que atuaram no conflito. O apoio soviético ajudou a equipar em grande parte estes agentes externos, mais do que as forças etíopes. Isto se deve à alta complexidade de manutenção e operação de diversos dos equipamentos soviéticos enviados, o que demonstra um esforço grande da URSS de utilizar equipamentos modernos no conflito (CIA, 1983; GLASS, 1980).

Ademais, o papel central da URSS, no conflito, foi o de estruturar organizativamente as forças em combate e reestruturar o próprio Estado etíope. Com o fim da guerra, ampliou-se o caráter civil da cooperação, favorecendo o apoio à economia etíope. A URSS passou a pressionar pelo fim do DERG e pela construção de um partido comunista, que viria a ser criado somente em 1984 como Partido dos Trabalhadores Etíopes (PTE) (TAREKE, 2000)..

Tal se deu pela debilidade que o DERG apresentava. O único fator de estabilização aparente era a presença de Mengistu que, não tendo outros aliados possíveis no momento teve de ceder à presença soviética, mas que definiu limites claros no tipo de cooperação. O governo etíope passou a exigir um maior comprometimento soviético com o país (TAREKE, 2000)..

A atuação soviética foi bastante prejudicada por diversas questões. A falta de disposição em mudanças estruturais por parte dos etíopes em diversas áreas, tanto militares, quanto econômicas e políticas, diminuiu o quão disposta a URSS estaria em auxiliar. O tipo de apoio prestado acabou sendo o suficiente para suprir uma série de demandas que os Etíopes estavam fazendo à URSS, mas sem formar quadros locais para a realização destes mesmos serviços. Por diversas vezes oficiais enviados para treinarem locais acabavam, pela falta de preparo na língua ou de disponibilidade de infraestrutura para ensino, realizando os serviços por si mesmos, ocupando a função que os locais deveriam exercer no futuro (CIA, 1983; TAREKE, 2000).

Quase todo o quadro de engenheiros de manutenção de aeronaves e veículos eram soviéticos. Também, os oficiais de vôo, civis e militares, eram oficiais soviéticos. Ademais, os conflitos crescentes sobre como lidar com a questão das guerrilhas na Eritreia e no Tigre, ambas com apoio sudanês, desgastaram as relações progressivamente (TAREKE, 2000).

Isto gerou um quadro de dependência técnica especializada tanto no setor civil quanto militar que passou a desagradar parte do DERG. A consolidação tardia do PTE buscou diminuir as tensões crescentes entre soviéticos e etíopes mas logo após a URSS entrou no processo de reformas que culminaram na saída abrupta dos contingentes. Metade se retirou até 1987, e o restante saiu em 1990 (TAREKE, 2000).

Referente à Seychelles, pequeno arquipélago no Oceano Índico, as poucas interações soviéticas com a ilha foram por via indireta, através da Índia. Ademais, pequenas encomendas de armamentos foram realizadas no início dos anos 80, não configurando um processo sólido de interação. Tal se deveu pelo modelo próprio de regime de Seychelles, dito socialista moderado, que buscou na Índia um mantenedor da estabilidade (VISENTINI et. al., 2013). As críticas do regime seychelle à instalação da base aeronaval de Diego Garcia, nos anos 70, poderia suscitar uma intervenção ocidental caso houvessem indicativos de que a URSS estaria por trás do regime.

Quanto à Madagascar, a ilha tornou-se um regime socialista após um golpe em 1975 pelas forças armadas. O regime buscou um não-alinhamento, mas dialogou intensamente com a URSS por medo da militarização do Oceano Índico. Foi forte articulador da causa contra a construção da base de Diego Garcia. Comprou, no início dos anos 80, diversos equipamentos soviéticos, em especial caças, por medo de represálias do ocidente (SIPRI, 2019; VISENTINI et. al., 2013).

Por fim, a Tanzânia é um caso *suis generis* na política africana da Guerra Fria. Foi o único país a receber suporte dos Estados Unidos, da União Soviética e da China ao mesmo tempo. O país se constituiu da união de Tanganika, à época parte da Comunidade das Nações, e de Zanzibar, arquipélago próximo à costa da atual Tanzânia. Se constituiu como tal após a Revolução de Zanzibar (1964) depor o sultão Jamshid Bin Abdullah. O governo revolucionário, então, aceitou uma união proposta pelo presidente Julius Nyerere, um socialista mais moderado (TELEPNEVA, 2017).

A Tanzânia se constituiu como um polo anti-imperialista e de apoio aos movimentos de libertação nacional no continente. Atuaram em seu território forças dos mais diversos grupos, incluindo ZAPU, ZANU, FRELIMO e MPLA, entre outros. Dar es Salaam, maior cidade do país, se constituiu em um centro de contatos internacionais. A URSS prontamente apoiou o regime que, de maneira relativamente estável, perseguiu uma política não-alinhada, mas de esquerda, por toda a Guerra Fria. O apoio técnico e econômico da URSS foi constante, tendo poucas flutuações. Diversos investimentos de apoio às guerrilhas nos países vizinhos foram feitos, como a construção de campos de refugiados e de treinamento militar para as forças da FRELIMO e da ZAPU (ROBERTS, 2016).

O país também contou com investimentos chineses em infraestrutura, o que exigiu um comprometimento constante por parte da URSS para não perder seu aliado preferencial. No entanto, a desproporcionalidade da presença dos dois países fez o regime ter uma proximidade maior com Moscou, apesar do seu não-alinhamento. A política soviética no país foi comprometida pelo retrocesso internacional que a URSS experienciou no final dos anos 80. Diplomáticamente os países não tiveram um afastamento conflitivo, mas a falta de recursos e de manutenção dos laços históricos, construídos desde a década de 60, fez a Tanzânia realizar reformas que aproximam-na do Ocidente (ROBERTS, 2016).

#### 4.4 ÁFRICA AUSTRAL

A emergência, no entreguerras mundiais, da África do Sul, enquanto potência regional com o regime do Apartheid, teve influência direta na região da África Austral. Tendo na segregação racial e no subimperialismo uma política formal de dominação sobre a região, o país teve impacto direto nos processos dos vizinhos. Outra peculiaridade foram os processos de manutenção do aparato colonial português, mais resiliente aos movimentos de libertação nacional se comparados com a maior parte do resto do continente africano.

A constituição, na África do Sul, de um aparato institucional, industrial e militarizado, voltado à manutenção do Apartheid, desde cedo serviu como desafio aos movimentos locais de independência. Desde o combate à Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO)<sup>37</sup> na Namíbia, até o combate direto com tropas cubanas em Angola, a política do Apartheid serviu para barrar processos emancipadores (GURNEY, 2009).

A resolução de diversos conflitos na região, como em Moçambique e na própria Angola, perpassaram por acordos com o regime de Pretória. O regime, profundamente anti-comunista, teve pouco diálogo direto com a URSS. As relações, estabelecidas à época da 2ª GM pelo combate ao Nazismo, foram encerradas em 1956. Tal foi uma parte de sucessivas ações anti-comunistas. O auxílio prestado pela URSS ao Congresso Nacional Africano (CNA), principal partido de oposição ao Apartheid, definiu o padrão de relações (FILATOVA, 2015; GURNEY, 2009).

A URSS forneceu auxílio financeiro para as operações do CNA, bem como para campanhas em fóruns internacionais. Além disso, forneceu armamentos e treinamento para militantes do CNA. O real impacto deste auxílio de armas é muitas vezes exagerado pela construção narrativa criada pelo próprio regime do Apartheid. A quantidade de armamentos que efetivamente foi entregue e empregada pelo CNA foi muito aquém das necessidades para um enfrentamento real ao regime. Em especial, o regime sul-africano possuía grande capacidade de combate, construída por décadas de incentivo, política de Estado e por auxílio externo (SOMMERVILLE, 1993; GURNEY, 2009).

A maior parte do auxílio efetivo foi dado aos processos operados em países vizinhos, Angola, Moçambique e Zimbábue. Isto não quer dizer que efetivamente não se constituiu uma ligação soviética com movimentos internos à África do Sul, mas que estes movimentos, como o CNA e a SWAPO, receberam maior auxílio em suas operações no estrangeiro, tendo

---

<sup>37</sup> A literatura usa comumente a sigla em inglês, derivada de *South West Africa People's Organization*.

dificuldades para transferir estes ativos para dentro do território sul-africano<sup>38</sup> (SOMMERVILLE, 1993).

Além do regime racista da África do Sul, a instalação de um regime similar no Zimbábue, à época Rodésia do Sul, auxiliou a política externa do Apartheid na região. Esta foi marcada pela ingerência direta nos países vizinhos, acusados de darem suporte a grupos insurgentes, bem como o financiamento e treinamento de movimentos de oposição a tal. O apartheid financiou, equipou e auxiliou em operações da RENAMO<sup>39</sup> (Moçambique) e da UNITA<sup>40</sup> (Angola), bem como combateu diretamente a SWAPO, o CNA, o Partido Comunista Sul-Africano (PCSA), a ZANU<sup>41</sup> e a ZAPU<sup>42</sup> (SOMMERVILLE, 1993; ALEXANDER; MCGREGOR, 2017).

Este aparato repressivo, bem equipado, organizado e experiente, oriundo da 2ª GM, teve grande poder de intervenção na região. Para além disto, contou com o apoio direto de diversos regimes ao longo de sua história. Desde a sua instituição, em 1948, contou com a cooperação de Portugal na manutenção do *status quo* regional. Ambos os países trocavam inteligência no combate aos grupos negros que buscavam a independência e o fim do Apartheid. Além disto, a cooperação britânica se fez presente em grande parte da história do regime racista, se não explicitamente, de maneira velada (SOMMERVILLE, 1993).

A solidez deste aparato levou a tímida presença soviética na região até a década de 70. A atuação do país buscou auxiliar na construção de uma coalizão internacional, em especial junto ao Movimento dos Não-Alinhados, para auxiliar no esforço de descolonização. Os maiores auxílios dados pela URSS envolveram a construção de uma extensa rede de contatos na região, oriunda do DI-CPUS, com outros movimentos ao redor da África (SOMMERVILLE, 1993).

No caso de Angola, o contato soviético vem desde o início da guerra fria, tendo as primeiras diretrizes oficiais, que constavam em minutas e atas do Comitê Central sido elaboradas no final da década de 50. A situação em Angola não era clara à alta diligência soviética. Por um lado, havia a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que viria a

---

<sup>38</sup> Incluindo aí a Namíbia.

<sup>39</sup> Resistência Nacional Moçambicana. Grupo Nacionalista anti-comunista que lutou contra a FRELIMO na Guerra Civil Moçambicana (1977-1992).

<sup>40</sup> União Nacional para a Independência Total de Angola. Grupo Nacionalista anticomunista que lutou contra o MPLA e a FNLA na Guerra Civil Angolana (1975-2002).

<sup>41</sup> A literatura usa comumente a sigla em inglês, derivada de *Zimbabwe African National Union*.

<sup>42</sup> A literatura usa comumente a sigla em inglês, derivada de *Zimbabwe African People's Union*.

constituir, futuramente, Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), e era o grupo com maior reconhecimento internacional. Operando a partir da RDC, contava com a maior parte do apoio europeu e era tido como o mais consolidado na luta de emancipação do país. Por outro lado, havia o Movimento Popular pela Libertação de Angola, fundado em 1956, que possuía um vínculo ideológico mais próximo do socialismo soviético, e operava a partir do próprio território angolano. Agostinho Neto, líder do MPLA, visitara a URSS por diversas vezes ao longo da década de 50 e possuía melhor trânsito com o regime soviético do que Holden Roberto, então líder do FNLA (SHUBIN e TOKAREV, 2001).

Em 1962, Krushov, à época com sua influência já decrescendo, decide reconhecer o GRAE como legítimo governo de Angola e iniciar as tratativas para ser o único a receber apoio do país. A medida teria sérias consequências para a presença soviética na África Austral. Primeiramente, por renegar a um partido marxista, o MPLA, o apoio da URSS. Em segundo, por apoiar um movimento de centro-direita que recebia apoio de diversas potências ocidentais (SHUBIN e TOKAREV, 2001).

Tal decisão foi omitida do jornal oficial da União, o Pravda, graças à intervenção do secretário geral do partido comunista Português, Álvaro Cunhal, que à época encontrava-se em Moscou, e o designado do PCUS para o contato com os grupos de libertação das colônias portuguesas, Petr Evsyukov. Krushov tentou passar por cima do Departamento Internacional do Partido, mas foi impedido e, na prática, o posicionamento seguiu de apoio ao MPLA, demonstrando os limites para decisões do Secretário-Geral (SHUBIN e TOKAREV, 2001).

Quando a Revolução dos Cravos (1974) se consolida, fica claro um retrocesso do aparato colonial português. Nesta esteira, os EUA passaram a financiar a UNITA e a FNLA, o que foi respondido pela URSS com financiamento e apoio ao MPLA. Cuba rapidamente se prontificou, à revelia da URSS, em apoiar o esforço angolano contra as forças do apartheid e da UNITA:

Ambos Kornienko<sup>43</sup> e seu chefe, Andrei Gromiko<sup>44</sup>, mas também Grechko<sup>45</sup> e Andropov<sup>46</sup> descobriram que tropas cubanas estavam a caminho de Angola por meio de uma mensagem do Embaixador Soviético na Guiné. Ele informou à Moscou sobre planos vindouros para o pouso de aviões cubanos em Conacri. É importante ressaltar, no entanto, que Cuba informou Moscou antes sobre o primeiro estágio de

---

<sup>43</sup> À época vice-ministro do ministério de relações exteriores.

<sup>44</sup> À época ministro-chefe do ministério de relações exteriores.

<sup>45</sup> À época Ministro da Defesa.

<sup>46</sup> À época Chefe da KGB.

seu envolvimento. Petr Manchkha, então chefe da Seção Africana do Quartel-General do Partido Comunista informou ao presidente da SWAPO, Sam Nujoma, sobre a futura chegada de 500 instrutores cubanos em Angola (SHUBIN,1976, s.p. apud SHUBIN e TOKAREV, 2007, p. 613, tradução nossa)

O esforço soviético foi construído complementarmente à iniciativa cubana. A presença de oficiais soviéticos no país em programas de treinamento foi determinante para a conversão das forças armadas angolanas ligadas ao MPLA de uma força de guerrilha para uma força convencional de combate. Tal foi decisivo para permitir a estruturação das linhas logísticas do esforço de guerra do MPLA, bem como a manutenção de infraestrutura estratégica, em especial à ligada ao petróleo, o que permitiu angariar fundos para a luta armada (LEÃO e RUIPIYA, 2005; BISSEL, 1981).

Cerca de 6000 membros das forças armadas angolanas receberam treinamento na URSS Estes tiveram papel de preencher os quadros médios e altos do oficialato angolano. Ademais, cerca de 11 mil membros das forças armadas soviéticas passaram por Angola, sejam soldados ou oficiais. Os setores de logística e engenharia de guerra foram realizados, em grande parte, com materiais e técnicos da URSS. Em especial, cita-se a construção dos postos de comando das FPLA e a implementação da plataforma de mísseis antiaéreos Pechora, em 1981 (LEÃO e RUIPIYA, 2005; SHUBIN e TOKAREV, 2007).

A presença de oficiais cubanos e soviéticos deve ser vista, também, em perspectiva. Diversos quadros médios soviéticos atuaram sob comando Cubano, ao contrário do que a bibliografia ocidental normalmente relata de uma suposta cadeia de comando soviética comandando as tropas cubanas. Ademais, a relação entre ambos os países foi tensa quando relacionada a implementação de equipamentos, estratégias de combate e operacionalização das batalhas (BLANCO, 2015; GOMÉZ, 2015).

Com a batalha de Cuito-Cuanavale (1987-1988), encerrou-se um período de ingerências externas na guerra. A URSS já estava em processo de retirada do conflito devido à degradação econômica da Perestroika e da Glasnost. Cuba se retirou concomitantemente à independência da Namíbia e à retirada da África do Sul da guerra (GOMÉZ, 2015).

Botsuana buscou manter-se neutra ao longo da Guerra Fria. Estando enclausurada entre dois regimes supremacistas (África do Sul e Rodésia) e bastante próxima das colônias portuguesas de Moçambique e Angola, o país evitou comprometer possíveis contatos com ambos os blocos. A URSS teve papel determinante na formação da juventude política que

encabeçou a construção do Estado no país. Tal ocorreu pelo intercâmbio direto destes jovens para a URSS ou para países do bloco socialista, como a Tchecoslováquia. No entanto, os contatos estabelecidos pelo DI também foram fundamentais. Estes auxiliaram na criação de uma zona-santuário para militantes dos comunistas e socialistas dos países vizinhos, em especial militantes do CNA. No entanto, os diálogos entre Botsuana e URSS foram bastante formais e com limites desenhados e aceitos mutuamente. A URSS não buscou expandir sua influência, em especial após a criação de uma oposição socialista, mas manteve os canais abertos e auxiliou no esforço regional de combate ao apartheid e ao imperialismo (KWANTE; MANATSHA, 2016).

Na Rodésia, posterior Zimbábue, o regime supremacista do apartheid foi talvez ainda mais severo do que na África do Sul. Estando mais isolado e menos visado internacionalmente, o regime de Harare teve mais liberdade em intervenções externas e violações de direitos humanos, auxiliando governos conservadores em toda a região. A constituição da ZAPU, em 1961, e da ZANU, em 1963, aglutinaram os esforços de combate ao regime racista. Os primeiros esforços soviéticos de aproximação, junto com a China, vieram da Organização de Solidariedade aos Povos Afro-Asiáticos. Financiada por Moscou. Nela, o líder da ZAPU, Joshua Nkomo, pode estabelecer contatos, via DI-PCUS, com líderes de todo o continente, em especial do Egito (SOMMERVILLE, 1993; ALEXANDER; MCGREGOR, 2017).

O apoio, ainda que modesto, com armamentos da URSS, veio no início de 1962. Dois anos mais tarde, a Federação Centro-Africana, o qual a Rodésia fazia parte, se desmembra em Rodésia, Malawi e Zâmbia. O único Estado com um corpo neocolonial bem constituído e armado foi o da Rodésia, o que estendeu o conflito entre africanos negros e a elite branca até a década de 80 (CHAN, 1987; ALEXANDER; MCGREGOR, 2017).

O modelo de apoio chinês à ZANU envolveu um carregamento relativamente grande de equipamentos de maneira constante para estes durante todo o conflito. Por vezes, as necessidades do grupo eram muito menores do que o material oferecido, o que provocava problemas logísticos. No caso soviético de apoio à ZAPU, uma abordagem mais conservadora permitiu sanar as deficiências de material do grupo, ainda que sustentando as linhas logísticas. Além da ZAPU, a URSS auxiliou na estruturação das linhas de materiais que chegavam pela Tanzânia, pela Zâmbia e, posteriormente, por Moçambique (SOMMERVILLE, 1993; DABENGWA, 2017).

O alinhamento da ZANU com a China e a ruptura sino-soviética levaram à negativa da URSS em auxiliar o esforço do grupo. A ZANU possuía um perfil mais militante do que a ZAPU, mas carecia de material para sua atuação. No entanto, durante a década de 70, houve apoio tácito da URSS e aliados ao esforço conjunto empreendido pelos dois grupos. Material militar enviado à ZAPU sabidamente acabou nas fileiras da ZANU, o que não prejudicou a inserção soviética na questão. A URSS também buscou trazer diversos membros da ZAPU para treinar em seus campos, bem como fomentar a cooperação com os demais países do bloco socialista. Equipamentos da Romênia, Coreia do Norte, Cuba, Bulgária e Alemanha Oriental foram enviados para o local, parte indo para a ZANU também. Ao menos 500 instrutores cubanos treinaram tropas da ZAPU na região. O apoio soviético para a construção e manutenção de campos-santuário em países vizinhos também auxiliou no esforço da ZANU (DABENGWA, 2017).

No final dos anos 70, com a perspectiva de que as forças supremacistas estavam perdendo espaço, a URSS rapidamente buscou transformar o exército da ZAPU em uma força convencional bem estruturada. Isto, no entanto, não conferiu à ZAPU uma vantagem sobre a ZANU dado que esta seguia sendo a força que, apesar de não ter as maiores capacidades, estava realizando a maior parte do combate. Quando o conflito chegou ao fim em 1980, a ZANU saiu vitoriosa politicamente e a URSS passou os anos seguintes buscando uma reaproximação com a ZANU e Mugabe, ainda que sem muitos sucessos (DABENGWA, 1987).

Por fim, no caso de Moçambique, os diferentes grupos criados no início dos anos 60, com inspiração nos levantes angolanos de 1962, se uniram no mesmo ano na FRELIMO para constituir uma força unificada contra o governo português. A tendência próxima do maoísmo chinês levou o governo soviético a ter cautela no subsídio de armamentos e auxílio inicialmente. No entanto, o grupo ligado a Eduardo Mondlane e o grupo ligado a Samora Machel, conseguiram se estabelecer enquanto forças pró-soviéticas no esforço moçambicano (TELEPNEVA, 2017).

As principais contribuições da URSS, antes da guerra, foram o custeio da logística e das operações a partir do território da Tanzânia. A manutenção de bases e o treinamento de oficiais foi fundamental para a construção da força guerrilheira da FRELIMO. Ademais, articulou, por meio do DI-PCUS, o envio de armamentos diretamente para a Tanzânia, ou por meio da Argélia, principal entreposto para o esforço no país (TELEPNEVA, 2017).

Após a independência, a FRELIMO contou com um amplo plano de reconstrução e conversão da força de guerrilha em força convencional entre 1977 e 1978. Tal serviu de apoio às operações na vizinha Rodésia, em apoio à ZAPU, e no suporte contra o regime racista do apartheid. O DI-PCUS também facilitou o intercâmbio entre o CNA, o PCSA e a FRELIMO, garantindo o estabelecimento de operações no país (ROBERTS, 2016).

Após a independência iniciou-se uma guerra civil, similar em estrutura àquela em Angola. A RENAMO, apoiada pela África do Sul e pela Rodésia, no entanto, possuía força muito menor comparativamente à UNITA em Angola. A FRELIMO, por sua vez, buscou um diálogo maior com os apoiadores externos da RENAMO do que o MPLA, o que resultou na expulsão dos membros do CNA de Moçambique, em 1984, com a consequente retirada da África do Sul do conflito. A visão soviética sobre esta atuação levou a um distanciamento do governo da FRELIMO. O padrão de auxílio também se modificou. O comércio passou a ser feito em moeda forte e diminuiu-se o provimento de material bélico. Logo após, as reformas soviéticas afastaram ainda mais Moscou de Maputo, fazendo a FRELIMO se aproximar do Ocidente (NOLUTSHUNGU, 1985; ROBERTS, 2016).

#### **4.5 NORTE DA ÁFRICA**

A região da África do Norte, também conhecida por África Saariana, possui diversas peculiaridades em relação ao resto do continente.

A dissolução do Império Otomano levou a um laço colonial muito mais frágil com o Ocidente. Houve, então, maior espaço para articulações internas, com menor profundidade das relações com as metrópoles vis-à-vis a chamada África Subsahariana. Para além disto, o desenvolvimento precoce do Pan Arabismo conferiu uma dinâmica própria de ligação entre os Estados do Norte de África, e desta com o Oriente Médio. Os conflitos árabe-israelenses<sup>47</sup>, a Guerra da Argélia (1958-1962) e os movimentos anti-imperialistas foram fundamentais para a inserção soviética na região.

O padrão de inserção soviética no Norte da África parece ter sido o mais próximo de uma abordagem regional para contatos com a África. O contato com todos os países na região iniciou-se com a venda de armamentos em troca de moeda forte ou de hidrocarbonetos. A região foi um dos principais mecanismos pelo qual a URSS conseguiu garantir moeda conversível (NOLUTSHUNGU, 1985).

---

<sup>47</sup> Incluindo a Guerra árabe-israelense de 1948, a Guerra de Suez (1956), a Guerra dos Seis Dias (1967), a Guerra de Desgaste (1967-1970), a Guerra do Yom Kippur (1973) e a Guerra do Líbano (1982).

Iniciando pelo Egito, principal país da região, a inserção soviética está ligada ao potencial de desenvolvimento e segurança que esta poderia oferecer ao país árabe. Apesar da simpatia de Nasser pelo socialismo, este era visto sob uma ótica não marxista. O líder egípcio consolidou, também, o caminho do Não-Alinhamento. O primeiro grande passo de aproximação foram consultas informais feitas aos soviéticos logo após a tomada do poder, em 1952, sobre questões de cooperação técnica. Oficiais soviéticos participaram de reformas administrativas e pequenas obras no país durante os anos iniciais. O aprofundamento dos laços veio com a vitória da ala ligada a Nasser na disputa política do Conselho do Comando Revolucionário (CCR), em 1953.

A URSS auxiliou, então, no reequipamento das forças armadas egípcias nos anos seguintes. O programa de nacionalizações que Nasser propõe em 1956, já como presidente, consolida uma visão próxima do socialismo árabe que propunha. A intervenção soviética e estadunidense em favor do Egito na Guerra de Suez, forçando a retirada das forças de intervenção anglo-francesas, aproximou ainda mais o Egito da URSS (KOCHAVI, 2018).

Nos anos seguintes a URSS se tornou o principal fornecedor de equipamentos militares do Egito. No entanto, a política de não-alinhamento de Nasser buscou balancear o peso soviético com o comércio e investimentos ocidentais. Quando o Ocidente negou, no início dos anos 60, financiar obras de infraestrutura, em especial a represa de Assuã, o governo nasserista se viu obrigado a aprofundar os laços com a URSS. Apesar de termos vantajosos de empréstimos, o Egito teve altos custos com as obras e com os equipamentos militares. Grande parte foram pagos com acordos de utilização de bases militares, aeroportos e estaleiros no Egito, bem como presença soviética no canal de Suez (EFRAT, 1983).

A derrota militar na Guerra dos Seis dias foi compensada com uma das maiores pontes aéreas da história soviética. 2 bilhões de dólares em equipamentos foram trasladados por aviões em menos de um mês, efetivamente reconstruindo a capacidade operacional das forças armadas egípcias, devastadas pelo conflito (KOCHAVI, 2018; SIPRI, 2019).

Para além disto, cerca de 20 mil técnicos e assessores soviéticos auxiliaram o governo egípcio nos mais diversos ramos no início dos anos 70. Estes foram essenciais para o restabelecimento da normalidade da infraestrutura e das forças armadas após a guerra de 1967. Também sabe-se que tiveram importante papel na formulação do plano implementado durante a Guerra do Yom Kippur, apesar de terem sido expulsos do país no ano anterior por Sadat (BRITTON, 1990; EFRAT, 1983).

A principal ferramenta de presença soviética no Norte da África foi o fornecimento de equipamentos militares. Com estes podia dialogar com os governos locais em prol de objetivos políticos e estratégicos, como no Egito e na Líbia. O fornecimento de equipamentos para Kadafi permitiu a influência no país e na sua posição privilegiada na Organização da Unidade Africana. As intervenções de Kadafi na OUA e em conflitos como Uganda, em 1977, poderiam auxiliar no prestígio soviético no continente. Acordos tripartites feitos com o ocidente na área de petróleo também foram fundamentais para o país durante todo o governo de Kadafi na Guerra Fria (1969-1991) (BRITTON, 1990).

Outro país com padrão similar foi a Argélia. Após a vitória da Frente de Libertação Nacional (FLN), estabeleceu-se um governo de partido único no país até 1988. A URSS iniciou o envio de armamentos para o FLN em 1961, com a guerra de independência em um estágio de indecisão. A pressão soviética sobre a descolonização e o fim da Guerra da Argélia elevou os custos de manutenção do conflito, que já perdurava desde 1954. Como um dos primeiros movimentos de libertação, foi utilizado pela URSS como exemplo para os demais países (BRITTON, 1990).

O auxílio material, no entanto, foi bastante limitado, seja pela incapacidade material da URSS, seja pelo custo político de se financiar abertamente e em larga escala um conflito contra uma metrópole tão próxima. No entanto, os contatos realizados pelo DI-PCUS com o Partido Comunista Francês permitiram construir uma extensa rede de contatos e comunicações com a FLN (DREW, 2014). Após a consolidação do regime em 1962, a URSS passou a ser o principal fornecedor de equipamento militar. A FLN, também, passou a ser um dos maiores promotores dos movimentos de libertação (BISSELL, 1981; WALL, 1977).

Os contatos do DI foram ampliados no continente e incluíram a Argélia como um grande centro de distribuição de apoio político, material e militar para movimentos ao redor do continente até o final dos anos 80. A partir da Argélia a URSS pode penetrar no Golfo da Guiné e no sul do continente, como em Angola, Tanzânia e Moçambique. A maior parte do equipamento militar enviado foi paga, na mesma estrutura de comércio compensado por petróleo, ou de venda em troca de moeda conversível (BRITTON, 1990).

Os casos da Tunísia e do Marrocos foram abordados pela URSS de maneira similar. Por um lado, foram regimes cujos líderes possuíam tendência pró-ocidental e anti-comunista. Por outro, a visão soviética era de que os EUA buscavam substituir a presença francesa no Norte da África pela sua própria. A URSS então, buscou dialogar e trabalhar com a França

enquanto interlocutora da sua presença na região. Esta estratégia de balanceamento dos EUA levou a uma aproximação com o regime francês contra iniciativas de reformar os regimes (ZOUBIR, 1995).

Além disto, a URSS utilizou da retórica anti-imperialista para tentar se aproximar diretamente dos governos marroquino e tunisino, ainda que com pouco sucesso. Nas Nações Unidas a URSS advogou em favor de ambos os países contra o Ocidente por diversas vezes. Tentou mitigar os impactos destas atitudes nas suas relações com a França, ainda que por vezes esta relação tenha rarefeito. No entanto, a presença soviética foi bastante baixa se comparada à do Ocidente em ambos os casos (ZOUBIR, 1995).

Especificamente, no caso marroquino, a URSS tomou uma posição de neutralidade sobre a questão do Sahara Ocidental. Buscando evitar uma confrontação direta com o Marrocos ou entre este e a Argélia, o país pressionou para que a última evitasse que a frente Polisario, grupo representante do povo Saharai, utilizasse armamento provido pela URSS contra as forças marroquinas. A URSS, no entanto, apoiou resoluções e declarações, no âmbito da ONU, que foram apoiadas pelo Movimento dos Não-Alinhados e pela maioria dos países africanos. Não reconheceu formalmente o governo e a independência do Sahara Ocidental, mas buscou resolver a questão de maneira não conflitiva e sem romper os laços com o Marrocos (ZOUBIR, 1987; DURCH, 1993).

## 5. CONCLUSÃO

A União Soviética, consolidando-se enquanto superpotência após a 2ª GM teve de enfrentar um cenário para o qual ela não estava preparada para se inserir. O voluntarismo internacionalista oriundo da revolução não pode ser negado, dado o seu caráter fundante do Estado. Ao mesmo tempo, teve de se comportar como um país líder de um campo que teve de arcar com todos os custos para construir, e cujos membros possuíam pouca capacidade de projeção vis-a-vis o bloco capitalista.

O amplo processo de debates internos à URSS, iniciando-se pela questão internacionalista foi basilar da sua construção histórica. O posicionamento de auxílio irrestrito à Revolução global foi gradativamente substituído pela visão que se consolidou durante o regime stalinista. Estando o país isolado internacionalmente, não havia outra possibilidade concreta senão a construção do socialismo em um só país. Para além de tese política, foi projeto de Estado necessário e historicamente referenciado.

Arrastada para a 2ª GM viu-se obrigada a entrar em um mundo que lhe demandava força e sacrifício. O sistema após a guerra não poderia existir sem a URSS e esta não poderia furtar-se a arcar com esta inserção. Entra, então, no sistema internacional como ator novo, potente, mas em ampla desvantagem.

Buscou utilizar seu Departamento Internacional, historicamente internacionalista, para estabelecer contatos com os mais diversos movimentos internacionais. Em conjunto, formalizou suas relações em torno de um Ministério das Relações Exteriores para com os demais Estados. Reconhecia, no processo, que o mundo era feito de Estados, e que se comportaria como um. Também, no processo, reconhecia a importância ideológica da Revolução e do internacionalismo. A operação em ambos os níveis foram complementares em um país de tipo novo que precisou desbravar situações desconhecidas.

Seu modelo de planejamento econômico foi, também, um modelo de desenvolvimento, com suas possibilidades e limitações. Permitiu a industrialização, a coletivização da agricultura e a mudança do padrão de acumulação de dezenas de países. Falhou em endereçar diversos dos problemas necessários a economias do 3º Mundo e na competição com o Ocidente.

A forte indústria bélica serviu como ferramenta de influência e de comércio. Foi um peso dentro da economia interna enquanto permitiu a internacionalização do país e sua

inserção no mundo. Defendeu seu próprio território e auxiliou em esforços de libertação nacional. Foi utilizada como moeda de troca para componentes faltantes à economia soviética, como ferramenta de influência política ou como produto de comércio para garantir moeda conversível.

Sua atuação no continente africano não despendeu esforços estruturados para sua inserção. Não houve uma Grande Estratégia soviética para o continente africano. As tentativas de inserção, vitoriosas ou não, analisadas neste trabalho, nos demonstram que a sua estrutura interna foi determinante para a sua inserção no continente. Os limites impostos por esta mesma estrutura foram decisivos para os resultados obtidos pelo país.

Esta estrutura permitiu-lhe se inserir de maneira pragmática, responsiva e incisiva quando lhe era demandada. No entanto, seu condicionamento ao conflito com o Ocidente e este mesmo modelo de inserção não lhe permitiram um projeto de integração e inserção continuada. Não houve a possibilidade de uma integração socialista com a África como a do bloco europeu oriental. O modelo de integração transcontinental levado a cabo na África foi o neocolonial, promovido pelo capitalismo.

Não houve, portanto, uma Grande Estratégia soviética na África. O país buscou administrar as crises conforme elas ocorriam. Poucos foram os casos, como demonstrado neste trabalho, de uma inserção de maior volume. Em quase todos os países os processos internos aconteceram com pouco ou nenhum contato com os soviéticos, sendo auxiliados *a posteriori*.

O projeto soviético ofereceu algumas saídas para problemas como a construção de Estados novos no continente, modelos de desenvolvimento individuais e termos mais favoráveis com o Ocidente na sua própria inserção internacional. No entanto, não houve modelo alternativo com capacidade suficiente para sustentar uma estrutura de integração internacional no continente.

A atuação soviética na África Austral fortaleceu o Congresso Nacional Africano, permitiu a consolidação do MPLA, da FRELIMO, da ZANU-PF enquanto governos marxistas em seus respectivos países. Permitiu a modernização e a inserção destes Estados no sistema internacional em condições diferentes de seus pares. Por fim, auxiliou no processo de independência da Namíbia e do fim do *Apartheid* na África do Sul e na Rodésia.

A potência demonstrada pelos movimentos de libertação de caráter marxista na região foram essenciais para sua consolidação no poder. O apoio da URSS, tímido em grande parte

dos casos, foi superestimado pelo ocidente. A construção de governos populares, no entanto, marcou o período de maior inserção da URSS no continente. Aproveitando deste cenário favorável, soube desenvolver políticas condizentes com suas capacidades na região. Logo, no entanto, estas capacidades foram atingidas pela crise.

A inserção soviética na África Austral demonstrou de maneira mais clara as potencialidades e restrições da URSS. Baseando-se no colapso do império português, foi uma das últimas regiões a ter apoio soviético. No entanto, apresentou uma das inserções mais interessantes e complexas, no caso de Angola. Também demonstrou a tensão com a RPC no Zimbábue e em Moçambique, padrão de conflito que teve ramificações no continente como um todo.

Na África Central, ao contrário, não conseguiu se inserir de maneira consolidada. Afora os sucessos com baixo aproveitamento no Congo, Guiné-Equatorial e São Tomé e Príncipe, viu seu ímpeto anti-imperialista ser combatido por uma coalizão internacional de potências ocidentais na República Democrática do Congo. O duro golpe sofrido não foi recuperado, mas demonstrou as condições pelas quais a Guerra Fria seria travada na África Negra.

Sendo uma das primeiras experiências soviéticas de repercussão global, no caso da RDC, foi um laboratório que ensinou à URSS sobre a difícil estrutura que a Guerra Fria lhe impunha. Ficaram visíveis as capacidades soviéticas, sua disposição no continente e sua vontade de participar da independência africana, ainda que com todas as limitações. Estas, evidenciadas no conflito do Congo, foram mitigadas, mas as estruturas que produziram-nas permaneceram latentes por todo o período.

A África do Norte, separada do resto do continente das mais diversas maneiras, foi abordada por meio do comércio de armamentos. A região promoveu inicialmente a inserção soviética no continente africano, casos do Egito e da Argélia, servindo como entrepostos e auxiliares nos esforços de libertação de diversos povos no continente. Viu nascer os principais esforços Não-Alinhados e de organização do movimento Pan-Africanista, como a Organização da Unidade Africana. E por fim marcou um período de mudanças importantes para a inserção soviética como no Egito de Sadat e na Líbia de Kadafi.

A relativa capacidade de aquisição de material dos países independentes do mundo árabe e os conflitos recorrentes facilitaram a inserção soviética por fornecimento de armas. A construção de um movimento de integração regional e continental levou vários destes países a

fornecerem equipamentos para diversos movimentos guerrilheiros na África. Esta atuação indireta foi importante, ainda que não intencional pela URSS em grande parte dos casos, para o ganho de capital político no movimento dos não-alinhados. Ademais, facilitou a vitória de diversos destes movimentos guerrilheiros.

A África Ocidental, com seu início animador para a política externa da URSS para a África, sofreu com a instabilidade e com conflitos os quais a URSS não conseguiu administrar. A interlocução com o Ocidente foi necessária em diversos momentos para buscar um mínimo de ordem em um cenário marcado pelas cicatrizes de um colonialismo construído para mantê-las abertas.

Sendo a primeira experiência de inserção soviética, foi essencial para a história do país no continente. Sendo uma região instável, provocou diversos reveses à política externa soviética. O país, apesar de ter tido contato com diversos movimentos e governos, não conseguiu estabelecer um contato sólido e um aliado estratégico na região. No entanto, o ímpeto revolucionário, permeando a região ao longo da sua história, permitiu ganhos políticos importantes com o movimento pan-africanista. Como demonstrado nos casos de Benin e Gana, o apoio soviético foi bem quisto e permitiu negociações mais favoráveis com o Ocidente. A inserção pela cooperação com o Ocidente reduziu os custos e permitiu distensionamentos importantes na região e no conflito Leste-Oeste.

A África Oriental foi marcada pelo embate entre dois regimes apoiados por Moscou, Somália e Etiópia, o que nos demonstra, no mínimo, que os soviéticos não controlavam governos e povos como comumente narrado na bibliografia. O conflito, historicamente e materialmente referenciado, marcou os limites e possibilidades da reinvenção soviética para sua inserção no continente.

A grande presença soviética na região, motivada pelo escalonamento do conflito, serviu de teste para as capacidades logísticas da URSS. Colocando o Ocidente em cheque, construiu uma presença importante no Mar Vermelho e no Canal de Suez. Logrou, também, estabelecer uma plataforma consolidada de atuação para o continente africano à partir da Etiópia. A cooperação com o país foi marcada pela limitação soviética em diversos aspectos, mas também pela superação de diversas destas limitações a partir da criação de ferramentas bilaterais de diálogo.

A importância histórica da Etiópia para a África, desde o seu tamanho e localização privilegiada, perpassando pelo histórico de resistência ao imperialismo, conferiu grande

prestígio à URSS pelo auxílio. Canais de diálogo e cooperação com diversos regimes africanos foram facilitados pelo apoio à Revolução Etíope.

Grande parte da história da inserção da União Soviética na África segue, ainda, inexplorada e não traduzida ao português. Documentos novos têm sido desclassificados e o leque de narrativas sobre a história soviética e sua parte no continente africano precisam ainda ser explorados. O presente trabalho oferece uma destas narrativas e buscou organizar um conhecimento de difícil acesso e difuso em trabalhos particulares. O aprofundamento da questão e a exploração destes novos materiais deve trazer um complemento maior para a análise aqui apresentada no futuro.

Pontos importantes para a pesquisa na área merecem ser elencados. O primeiro deles trata sobre a sistematização e organização das mudanças estruturais que o Estado soviético sofreu ao longo de sua história. As diversas mudanças administrativas, algumas das quais evidenciadas neste trabalho, podem ter impactado em mudanças do padrão de interação com o estrangeiro. Outro impacto possível envolve o gerenciamento das capacidades do país por meio das instituições internas.

Em segundo, as reformas econômicas e de planejamento que o país experienciou ao longo de sua história são fundamentais para entender diversos motivantes de ações internacionais da URSS. Seja para compensar necessidades domésticas, ou como fator limitador do auxílio internacional, a base material da União Soviética é fundamental para sua projeção externa.

Outro ponto importante que carece de discussão aprofundada é o próprio papel que a Revolução teve sobre a inserção internacional da URSS. Apesar de discutida por Halliday (1999) e por Skocpol (1994), a Revolução segue tratada como fenômeno pontual e restrito da história soviética, africana e global. Debater seu papel e aprofundar a pesquisa sobre seus condicionantes, potenciais e impactos é essencial para compreender os fenômenos relacionados a Estados revolucionários, como a URSS.

Por fim, a carência de pesquisa empírica sobre a atuação prática da URSS no continente africano é evidente. Um maior foco é dado para o período de consolidação da União Soviética no sistema internacional, a partir da metade dos anos 60. Os contatos, programas e projetos realizados pela URSS no início da Guerra Fria foram negligenciados e apresentam uma lacuna de pesquisa que restringe a capacidade de compreensão da própria Guerra Fria. Ademais, a falta de pesquisas analisando os documentos oficiais, bem como a

indisponibilidade dos mesmos para o acesso geral, prejudica a construção de pesquisas mais aprofundadas sobre a história soviética e russa.

A organização de parte do material referente a este debate foi realizada nos capítulos 3 e 4 do presente trabalho. Os aspectos mais gerais da inserção soviética são fundamentais para facilitar pesquisas futuras sobre tópicos mais específicos. Compreender os grandes processos de inserção promovidos pela URSS permite entender as decisões individuais relacionadas a fenômenos e países específicos. Aprofundar a pesquisa exige um maior detalhamento das ações bem como um estudo minucioso de cada caso para construir uma narrativa individualizada que possa reconstruir um todo da história soviética no continente africano.

## REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Ulrich. Soviet arms exports. In: BLACKABY, Frank (Ed.). **World Armaments and Disarmament: SIPRI Yearbook**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute, 1983. p. 361-370. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/SIPRI%20Yearbook%201983.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2019.

ALEXANDER, Jocelyn; MCGREGOR, Joann. African Soldiers in the USSR: Oral Histories of ZAPU Intelligence Cadres' Soviet Training, 1964–1979. **Journal Of Southern African Studies**, [s.l.], v. 43, n. 1, p.49-66, 2 jan. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2017.1272299>.

ALLEN, Chris. **Benin: politics, economics and society**. London: Francis Pinter, 1989. (Marxist Regimes).

BIDDLE, Tami Davis. **Strategy and Grand Strategy: What Students and Practitioners Need to Know**. Carlisle: Army War College Press, 2015.

BIENEN, Henry. Soviet Political Relations with Africa. **International Security**, Cambridge, v. 6, n. 4, p.153-173, 1982.

BISSELL, Richard E.. Soviet military aid to Africa. **Journal Of Contemporary African Studies**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.1-18, out. 1981. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/02589008108729373>.

BLANCO, José Ángel Gárciga. **Misión Olivo Angola: (mayo de 1981 a julio de 1983)**. La Habana: Editora Política, 2015.

BRAYTON, Abbot A.. Soviet Involvement in Africa. **The Journal Of Modern African Studies**, Cambridge, v. 17, n. 2, p.253-269, jun. 1979.

BRITES, Alessandra Scangarelli. **A Política Externa Soviética e seus Impactos nas Relações Internacionais (1917-1985)**. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRITTON, Stuart. Competition or collaboration?: The Soviet Union, detente, and the October 1973 war. **Comparative Strategy**, [s.l.], v. 9, n. 3, p.287-306, jul. 1990. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01495939008402815>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest**. Nova York: Atlantic Monthly Press, 1986.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Power and Principle: Memoirs of the National Security Adviser, 1977–1981**. Nova York: Farrar, Straus, Giroux., 1983.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. Nova York: Basic Books, 1997.

CARR, Edward Hallet. **The Bolshevik Revolution: 1917-1923**. Baltimore: Penguin Books, 1953. (A History of Soviet Russia).

CARR, Edward Hallet. **The Soviet Impact on the Western World**. 3. ed. New York: The Macmillan Company, 1947.

CENTRAL OF INTELLIGENCE (CIA). ESTADOS UNIDOS. . **Ethiopia: The Impact of the Soviet Military Assistance**. Washington: Directorate Of Intelligence, 1983.

CHAN, Stephen. Zambia's foreign policy. **The Round Table**, [s.l.], v. 76, n. 302, p.223-233, abr. 1987. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00358538708453809>.

COX, Robert. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: LINKLATER, Andrew (Org.). **International Relations**. Londres: Routledge, 2000a. p. 1207-1222. (Critical Concepts in Political Science).

COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: LINKLATER, Andrew (Org.). **International Relations**. Londres: Routledge, 2000b. p. 1537-1571. (Critical Concepts in Political Science).

DABENGWA, Dumiso. Relations between ZAPU and the USSR, 1960s–1970s: A Personal View. **Journal Of Southern African Studies**, [s.l.], v. 43, n. 1, p.215-223, 2 jan. 2017.

DEGER, Saadet. Soviet arms sales to developing countries: the economic forces. In: CASSEN, Robert (Ed.). **Soviet Interests in the Third World**. Londres: Royal Institute Of International Affairs, 1985. Cap. 9. p. 159-176.

DOUGHERTY, James E.. The Aswan Decision in Perspective. **Political Science Quarterly**, [s.l.], v. 74, n. 1, p.21-45, mar. 1959. Wiley. <http://dx.doi.org/10.2307/2145939>.

DREW, Allison. **We are no longer in France: Communists in colonial Algeria**. Manchester: Manchester University Press, 2014. (Studies in Imperialism).

DURCH, William J.. Building on Sand: UN Peacekeeping in the Western Sahara. **International Security**, [s.l.], v. 17, n. 4, p.151-171, 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/2539025>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

EFRAT, Moshe. The economics of Soviet arms transfers to the third world—A case study: Egypt. **Soviet Studies**, [s.l.], v. 35, n. 4, p.437-456, out. 1983. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09668138308411496>.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1963. 179 p.

FERNANDES, Luís. Marx e a gênese do sistema internacional moderno. In: MONTEIRO, Adalberto; BUONICORE, Augusto (Org.). **Karl Marx: Desbravar um Mundo Novo no Século XXI**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2018. p. 407-418.

FILATOVA, Irina. Third time lucky? Establishing diplomatic relations between Russia and South Africa. **South African Journal Of International Affairs**, [s.l.], v. 22, n. 4, p.447-462, 2 out. 2015. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10220461.2015.1115369>.

GLASS, George A.. East Germany in Black Africa.: A New Special Role?. **The World Today**, Londres, v. 36, n. 8, p.305-312, ago. 1980.

GÓMEZ, Rubén G. Jiménez. **En el Sur de Angola**. La Habana: Casa Editorial Verde Olivo, 2015.

GRIFFITH, William E.. Soviet influence in the Middle East. **Survival**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.2-9, jan. 1976. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00396337608441587>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GROMYKO, Anatolii A.. Soviet-Ethiopian Ties. **Soviet Law And Government**, [s.l.], v. 19, n. 3, p.75-94, dez. 1980. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.2753/rup1061-1940190375>.

GURNEY, Christabel. The 1970s: The Anti-Apartheid Movement's Difficult Decade. **Journal Of Southern African Studies**, [s.l.], v. 35, n. 2, p.471-487, jun. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03057070902919991>.

HALLIDAY, Fred. **Cold War, Third world: An Essay on Soviet-American Relations**. Londres: Hutchinson Radius, 1989.

HALLIDAY, Fred. **Génesis de la Segunda Guerra Fria**. Londres: New Left Books Ltd., 1983.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and world politics: the rise and fall of the sixth great power**. London: Macmillan Press Ltd, 1999.

HALLIDAY, Fred. A necessary encounter: historical materialism and international relations. In: LINKLATER, Andrew (Ed.). **International Relations**. Londres: Routledge, 2000. Cap. 48. p. 1184-1206. (Critical Concepts in Political Science).

HAUPT, G.; MARIE, JEAN-JACQUES. **Los Bolcheviques**. Distrito Federal (México) Ediciones Era. 1972.

HOSKING, Geoffrey. **The First Socialist Society: A History of the Soviet Union from Within**. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

HOUG, Jerry F.; FAINSOD, Merle. **How the Soviet Union is Governed**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

IANDOLO, Alessandro. The rise and fall of the 'Soviet Model of Development' in West Africa, 1957-64. **Cold War History**, [s.l.], v. 12, n. 4, p.683-704, 14 maio 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14682745.2011.649255>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

JACKSON, Ashley. Nigeria: A security overview. **The Round Table**, [s.l.], v. 96, n. 392, p.587-603, out. 2007. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00358530701626040>.

JUBRAN, Bruno Mariotto. A política externa soviética e seus desígnios econômicos: o caso do Comecon. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5., 2015, Belo Horizonte. **Workshop Doutoral**. Belo Horizonte: Abri, 2015. p. 1 - 17.

KAW, Marita. Soviet support of revolutions: Neither power nor glory. **International Interactions**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.95-111, jan. 1989. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03050627908434723>.

KEOHANE, Robert. **International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory**. Boulder: Westview, 1989.

KLOSE, Kevin. Soviets, in Shift, Criticize Amin's Rule in Uganda. **The Washington Post**. Washington D.c., p. 0-0. 30 maio 1979. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1979/04/30/soviets-in-shift-criticize-amin-s-rule-in-uganda/8da7e457-5b22-48c9-9fb6-9f44290ea890/>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Nova York: Simon & Schuster, 1994.

KOCHAVI, Arie J.. Britain, the Soviet Union, and the Arab–Israeli conflict after the Six-Day War: cooperation and competition. **Middle Eastern Studies**, [s.l.], v. 54, n. 6, p.965-980, 14 maio 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2018.1470089>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

KWANTE, Kwante Mc; MANATSHA, Boga Thura. Origins and Dynamics of the Botswana-Soviet Union Relations, 1960s to 1990. **The Botswana Society: A Special Issue on Humanities at UB and Botswana's 50 Years of Independence**, Gaborone, v. 48, n. 1, p.85-96, jan. 2016.

LAKOMY, Miron. **Foreign Policy in the Political System of the Fifth French Republic Decision-Making and Main Actors**. 2019. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Miron\\_Lakomy/publication/325944024\\_Foreign\\_Policy\\_in\\_the\\_Political\\_System\\_of\\_the\\_Fifth\\_French\\_Republic\\_Decision-Making\\_and\\_Main\\_Actors/links/5b2db2b50f7e9b0df5be7994/Foreign-Policy-in-the-Political-System-of-the-Fifth-French-Republic-Decision-Making-and-Main-Actors.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Miron_Lakomy/publication/325944024_Foreign_Policy_in_the_Political_System_of_the_Fifth_French_Republic_Decision-Making_and_Main_Actors/links/5b2db2b50f7e9b0df5be7994/Foreign-Policy-in-the-Political-System-of-the-Fifth-French-Republic-Decision-Making-and-Main-Actors.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019.

LEÃO, Ana; RUPIYA, Martin. A military history of the Angolan Armed Forces from the 1960s onwards: as told by former combatants. In: RUPIYA, Martin (Ed.). **Evolutions and revolutions: A contemporary history of militaries in Southern Africa**. Pretoria: Institute For Security Studies, 2005. Cap. 1. p. 7-42.

LULA. Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da 13ª Assembleia da União Africana**. 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica->>. Acesso em: 16 nov. 2019.

LYONS, Roy. The USSR, china and the horn of Africa. **Review Of African Political Economy**, [s.l.], v. 5, n. 12, p.5-30, maio 1978. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03056247808703358>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MARTEL, William C.. **Grand Strategy in Theory and Practice: The need for an Effective American Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MAZOV, Sergei. Soviet Aid to the Gizenga Government in the Former Belgian Congo (1960–61) as Reflected in Russian A. **Cold War History**, [s.l.], v. 7, n. 3, p.425-437, 12 jul. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14682740701474873>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.

MENON, Rajan. The Soviet Union, the arms trade and the third world. **Soviet Studies**, [s.l.], v. 34, n. 3, p.377-396, jul. 1982. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09668138208411425>.

NOLUTSHUNGU, Sam C.. Soviet-African Relations: promise and limitations. In: CASSEN, Robert (Ed.). **Soviet Interests in the third World**. London: Royal Institute Of Foreign Affairs, 1985. p. 68-88.

NOVE, Alec. **A Economia Soviética**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

NYE, Joseph. **Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History**. 7. ed. Harlow: Longman, 2008.

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. **Transnational Relations and World Politics**. Harlow: Longman, 2000.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura Xxi, 2007.

PIPES, Richard. **The Formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism 1917-1923**. New York: Atheneum, 1968.

PONOMARYOV, B.; GROMYKO, A.; KHVOSTOV, V.. **History of Soviet Foreign Policy: 1945-1970**. Moscou: Progress Publishers, 1974.

RADU, Michael S.; SOMERVILLE, Keith. **The Congo: politics, economics and society**. Londres: Francis Pinter, 20189. (Marxist Regimes).

ROBERTS, George. The assassination of Eduardo Mondlane: FRELIMO, Tanzania, and the politics of exile in Dar es Salaam. **Cold War History**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.1-19, 9 nov. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14682745.2016.1246542>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SECCHI, Eduardo Tomankievicz; FUHR, Rodrigo. A Divisão Internacional do Trabalho no Campo Socialista: Mito, Realidade e o Papel do COMECON. **Revista Perspectiva: Reflexões Sobre a Temática Internacional**, Porto Alegre, v. 10, n. 19, p.37-56, ago. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/issue/view/3566/showToc>>. Acesso em: 02 out. 2019.

SEGRILLO, Angelo. **O Declínio da URSS: Um estudo das Causas**. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

SEGRILLO, Angelo. **O fim da URSS e a nova Rússia: de Gorbachev ao Pós-Yeltsin**. Petrópolis: Vozes, 2000b.

SHUBIN, Vladimir; TOKAREV, Andrei (Ed.). **Bush War: The Road Cuanavale**. Auckland Park: Jacana, 2007. Disponível em: <<https://www.sainfantry.co.za/images/michiel/Bush%20War%20The%20Road%20to%20Cui%20Cuanavale.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

SHUBIN, Vladimir; TOKAREV, Andrei. War in Angola: a Soviet dimension. **Review Of African Political Economy**, [s.l.], v. 28, n. 90, p.607-618, dez. 2001. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03056240108704569>.

SKOCPOL, Theda. **Social Revolutions in the Modern World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SMITH, Alan H.. Soviet Trade relations with the Third World. In: CASSEN, Robert (Ed.). **Soviet Interests in the Third World**. Londres: Royal Institute Of International Affairs, 1985. Cap. 8. p. 140-158.

SOMERVILLE, Keith. **Southern Africa and the Soviet Union: From Communist International to Commonwealth of Independent States**. Londres: The Macmillan Press Ltd., 1993. (Southern A).

STAAR, Richard Felix. **Foreign Policies of the Soviet Union**. Stanford: Hoover Institution Press Publication, 1991.

STALIN, Joseph. **Foundations of Leninism**. 2. ed. Moscow: Pravda, 1924.

\_\_\_\_\_. **The Possibility of Building Socialism in our Country: Reply to Comrade Pokoyev**. Moscow: Marxist, 1926. (Stalin Wor). Transcrito por Marxists.org. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1926/02/10.htm>>. Acesso em: 15 set. 2019.

STEINER, Zara. Decision-Making in American and British Foreign Policy: An Open and Shut Case. **Review Of International Studies**, Londres, v. 13, n. 1, p.1-18, jan. 1987.

SUTELA, Pekka. **Socialism, Planning, and Optimality: A Study in Soviet Economic Thought**. Helsinki: Finnish Society Of Sciences And Letters, 1984.

TAREKE, Gebru. The Ethiopia-Somalia War of 1977 Revisited. **The International Journal Of African Historical Studies**, Boston, v. 33, n. 3, p.635-667, 2000.

TELEPNEVA, Natalia. Mediators of Liberation: Eastern-Bloc Officials, Mozambican Diplomacy and the Origins of Soviet Support for Frelimo, 1958–1965. **Journal Of Southern African Studies**, [s.l.], v. 43, n. 1, p.67-81, 2 jan. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2017.1265314>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

**THE MILITARY BALANCE.** Londres: International Institute For Strategic Studies, v. 119, 2019. Anual.

UNIÃO AFRICANA. **Member States.** 2019. Disponível em: <[https://au.int/en/member\\_states/countryprofiles2](https://au.int/en/member_states/countryprofiles2)>. Acesso em: 09 out. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os paradoxos da Revolução Russa:** ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991). Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. 187 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Poder e a Fraqueza das Nações: a Questão Nacional em uma perspectiva marxista. In: MONTEIRO, Adalberto; BUONICORE, Augusto (Org.). **Karl Marx:** Desbravar um Mundo Novo no Século XXI. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2018. p. 419-429.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Revoluções e Relações Internacionais: O caso Africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos,** Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.111-129, jan. 2016.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas:** Rupturas, Experiências e Impacto Internacional. Porto Alegre: Editora Século Xxi, 2013.

WALL, Irwin M. The French Communists and the Algerian War. **Journal Of Contemporary History,** Thousand Oak, v. 12, p.521-543, 1977. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/260039?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/260039?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 10 nov. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-state structure of the modern world-system. In: LINKLATER, Andrew (Org.). **International Relations.** Londres: Routledge, 2000. p. 1361-1378. (Critical Concepts in Political Science).

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics.** Nova York: Mcgraw-hill, 1979.

WALKER, Jonathan. **Operation Unthinkable: The Third World War. British Plans to Attack the Soviet Empire, 1945.** Brimscombe Port: The History Press, 2013.

WEISSMAN, Stephen R.. What Really Happened in Congo: The CIA, the Murder of Lumumba, and the Rise of Mobutu. **Foreign Affairs,** Nova Iorque, v. 93, n. 4, p.14-24, 2014. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24483553?read-now=1&refreqid=excelsior%3Af2c326290060497fc057450e593f36>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization,** Cambridge, v. 46, n. 2, p.391-425, 1992.

ZOUBIR, Yahia H.. The United States, the Soviet Union and decolonization of the Maghreb, 1945–62. **Middle Eastern Studies,** [s.l.], v. 31, n. 1, p.58-84, jan. 1995. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00263209508701041>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ZOUBIR, Yahia. Soviet Policy toward the Western Sahara Conflict. **Africa Today**, Bloomington, v. 34, n. 3, p.17-32, jul. 1987. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/4186426?seq=1/analyze#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/4186426?seq=1/analyze#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 10 nov. 2019.

**ANEXO A – REGIÕES DA ÁFRICA DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO  
DA UNIÃO AFRICANA<sup>48</sup>**

**África Oriental:** Comores, Djibuti, Etiópia, Eritreia, Quênia, Madagascar, Maurício, Ruanda, Somália, Seychelles, Sudão, Tanzânia, Uganda.

**África Central:** Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, República do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe.

**África do Norte:** Argélia, Egito, Líbia, Mauritânia, República Democrática Árabe do Saara, Tunísia.

**África Austral:** Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue.

**África Ocidental:** Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné, Libéria, Mali, Nigéria, Níger, Senegal, Serra Leoa, Togo.

Fonte: União Africana (2019).

---

<sup>48</sup> A União Africana ainda classifica a diáspora africana como uma sexta região. Esta incluiria os descendentes de africanos escravizados ou forçados à migração que se encontram fora do continente.